



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0437/13	DATA: 07/05/2013
INÍCIO: 10h50min	TÉRMINO: 13h38min	DURAÇÃO: 02h48min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h48min	PÁGINAS: 65	QUARTOS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOICE HASSELMANN – jornalista.
ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA – detentora da guarda de Jeane Ramos do Nascimento.
ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA – detentor da guarda de Jeane Ramos do Nascimento.
HERCÍLIO DE AZEVEDO AQUINO – advogado.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos, audiência pública com a convidada e deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há intervenção fora do microfone inaudível.
A reunião foi suspensa e reiniciada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia a todos e a todas, Deputados e Deputadas, servidores da Casa, jornalistas, convidados, convocados para esta 54ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem por objetivo investigar o tráfico de pessoas no Brasil, baseada nos termos da Convenção de Palermo, as suas causas e consequências, no período vigente de 2003 a 2011.

Encontra-se sobre as bancadas das Sras. e Srs. Deputados cópia das atas da 52ª e 53ª reuniões.

Pergunto aos Sras. e Srs. Deputados se há necessidade de leitura das referidas atas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A pedido do Deputado Luiz Couto, está dispensada a leitura das atas.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, coloco-as em votação.

Aqueles que são favoráveis ao conteúdo das atas permaneçam como estão. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas.

Esta audiência pública tem por objetivo ouvirmos a jornalista Joice Hasselmann, responsável pelas reportagens sobre as adoções ilegais, as supostas adoções ilegais feitas no Município de São João do Triunfo. Em seguida também vamos ouvir o Sr. Alexander Soares Fortes da Silva e a Sra. Adriana Rodrigues Seidle da Silva.

Num segundo momento, nós iremos aprovar os requerimentos que estão na ordem do dia e na extrapauta, relativos às ações futuras desta CPI.

Quero registrar a presença da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, do Deputado Luiz Couto, Vice-Presidente desta Comissão, e da Deputada Janete Capiberibe. A Deputada Flávia ligou-me há pouco para dizer que está chegando. O Deputado Francischini também já está presente entre nós.

Quero convidar a jornalista Joice Hasselmann para se sentar à mesa, a fim de fazer suas considerações.



Antes de passar a palavra à jornalista Joice, peço a atenção dos senhores presentes, rapidamente, para os procedimentos regimentais sobre o funcionamento da nossa Comissão.

A expositora e depoente terá o prazo de 20 minutos para fazer as suas considerações. E, depois, os Srs. Deputados e Deputadas deverão, mediante a inscrição, também usar da palavra por um prazo de 3 minutos a 5 minutos para fazer as suas considerações.

Então, passo a palavra agora à jornalista Joice Hasselmann.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Bom dia, Senhores. É muito bom estar mais uma vez falando sobre este assunto, que é um assunto que tem movimentado bastante o Paraná. Os Srs. Deputados aqui presentes — Francishini, Couto e Flávia — estiveram recentemente no Paraná para acompanhar um pouco mais esse caso envolvendo as adoções de São João do Triunfo.

Na verdade, foi uma série de reportagens que eu comecei por lá, junto com uma equipe de investigação, de jornalistas que ficaram investigando esse caso e que, no final das contas, acabou mostrando que era só a ponta de um grande *iceberg*, porque, em meio ao processo de investigação, há quebra de sigilo, há uma ONG que, ao que tudo indica, é uma ONG de fachada, porque nem sequer o endereço oficial que está no *site* é o endereço onde há um escritório de uma ONG nos Estados Unidos. A partir daí, do relatos dessas adoções, é que a gente conseguiu chegar a esse ponto e descobrir essa ONG limiar. E, eu vou começar do princípio, porque nem todos conhecem aqui a história.

O caso que motivou essa série de reportagens e que acabou levando para um claro erro no processo de destituição do pátrio poder, e depois do encaminhamento dessas crianças para os Estados Unidos, é lá de São João do Triunfo, que é um Município muito pequenininho do interior do Paraná e muito pobre. São 12 mil habitantes. E é pobre mesmo. Quando eu digo um Município pobre, é extremamente pobre. A renda *per capita* é uma das mais baixas, o IDH é um dos mais baixos do Estado. E é de lá de São João do Triunfo que há um número de adoções internacionais que nos coloca pelo menos uma pulga atrás da orelha.

Para se ter uma ideia, em 2006, que é o ano em que nós nos concentramos nessa reportagem, justamente por conta de um primeiro contato que uma família



que reclamava os seus filhos, queria seus filhos de volta, filhos que foram encaminhados para os Estados Unidos, só em 2006, levando-se em consideração todas as adoções internacionais do Paraná, 30% foram feitas em São João do Triunfo, pobre Município do interior do Paraná, onde as pessoas têm muito pouco conhecimento da Lei de Adoção.

Aliás, no meio do processo, Deputado, eu cheguei à conclusão que muito pouca gente tem conhecimento sobre a Lei de Adoção. E é justamente o desconhecimento por vezes que pode levar a uma série de erros no processo. Alguma coisa está errada: ou as pessoas não leem a lei, a Convenção de Haia, ou alguma coisa está errada no meio da história.

Ocorre que essas crianças — sete — foram retiradas dessa família. D. Rivonete e Sr. Antônio, um casal pobre, ele com problemas de alcoolismo, como ocorre em tantas outras famílias aí pelo Brasil.

A informação primeira que nós tivemos é que essas crianças foram tiradas à revelia, que a destituição do pátrio poder aconteceu do dia para a noite. As crianças estavam na creche, e lá chegou um Oficial de Justiça e levou as crianças para um abrigo. Primeiro o abrigo, que é o procedimento padrão. Nesse abrigo, elas ficaram por algum tempo, e os pais foram impedidos de ver as crianças. Este é o relato que nos foi contado pelos próprios pais. Os pais foram impedidos de ver as crianças a partir daí, e as crianças chegaram em algum momento a fugir desse abrigo para tentar ver os pais.

Pois muito bem. Parece uma informação absolutamente boba no meio do processo, mas, quando você olha e lê o processo que estava em sigilo, mas que os Deputados quebraram o sigilo do processo no dia em que estiveram no Paraná, e a gente pôde ler todo esse processo, lá diz: “Os pais não queriam essas crianças”. “Os pais não queriam em nenhum momento essas crianças”, é o que diz no processo. As crianças foram retiradas, porque os pais eram pobres, miseráveis, e porque havia uma conduta de promiscuidade entre as crianças.

Ora, se há o pedido de um promotor, assinado por um juiz, retirando sete crianças de uma família, dizendo que o problema é a promiscuidade, a gente imagina realmente que o nível de perversão deveria ser um nível absolutamente inaceitável, o que estaria acontecendo.



E, aí, botando as informações que nós fomos lá e conseguimos diretamente com essa população ...E, quando eu digo a população, eu não estou falando só do pai, da mãe e do vizinho. Nós ficamos lá porque queríamos saber quem eram essas famílias e quem era especialmente a família da D. Rivonete e do Seu. Antônio, o que a comunidade sabia deles, como eles eram vistos na comunidade, se, de fato, tudo o que estava ali, naquele processo, condizia com a realidade. E a gente chegou à seguinte conclusão: ou há uma alucinação coletiva em São João do Triunfo, em que todas as pessoas, de repente, começaram a contar uma história, e é uma história que contradiz absolutamente todo o processo, ou há uma alucinação coletiva e todo o mundo ficou maluco, ou há problemas, e problemas graves, na adoção.

As crianças foram retiradas. Os pais perderam todo e qualquer contato com essas crianças. Apareceu, no meio da história, um intermediador e elas foram levadas para os Estados Unidos, num processo em que, se você não conhecer os detalhes e simplesmente ler o processo que está no papel, o preto no branco, a letra em cima do papel, está tudo legal. Ora, houve destituição do pátrio poder, o problema é a promiscuidade das crianças. As crianças que repetiriam um comportamento promíscuo dos pais, e, para que essas crianças estivessem protegidas, elas foram retiradas dos pais.

Mas aí, em meio a esse processo, surge outra pergunta. Se havia um comportamento promíscuo dessas crianças, crianças muito pequenas — eu estou falando de crianças muito pequenas. O mais velho tinha 12 anos, mas havia um bebê no meio da história —, se havia um comportamento promíscuo dessas crianças, se o comportamento acontecia dentro da casa dos pais, se ele foi repetido na casa lar, por que mandar os sete irmãos juntos para outro país? Será que esse comportamento promíscuo não seria repetido em outro país? E essa pergunta eu fiz à Promotora, a Tarsila Teixeira, que é promotora do caso, que pediu a destituição do pátrio poder e que, junto com o Juiz Paulo Bizerril Tourinho, encaminhou o processo de adoção. Primeiro, destituição do pátrio poder e depois a adoção.

E aí a resposta que eu tive é que as crianças eram muito pequenas e elas não poderiam ser penalizadas e separadas. Só que essas crianças, o argumento, é que elas não poderiam ficar juntas. Então, de novo, uma contradição. Alguma coisa está errada. Qual era o problema? Com uma criança, com as sete crianças? Alguém



precisaria ali de algum acompanhamento psicológico? Talvez o mais velho, que seria o problema ali indicado pela promotora, que acabava tocando as partes íntimas dele mesmo na frente das outras crianças. Isso é o que está ali no meio do processo. E todas as sete foram tiradas daqui e encaminhadas para os Estados Unidos.

No processo de investigação, nós conseguimos contato com a Sandra. Sandra é a filha mais velha do casal Rivonete e seu Antônio. Quando a gente começou a investigar esse processo, obviamente eles ficaram sabendo. Por quê? Porque um dos filhos mais velhos, o que ficou aqui no Brasil, tinha contato com ela pela Internet. E ele contou que a gente estava aqui investigando. Ela nunca mais viu o pai e a mãe, desde que saiu do Brasil. E aí a gente conseguiu um contato com a Sandra, essa menina que hoje tem 19 anos. Veja, passaram-se 12 anos do início de toda aquela história até que descobríssimos que havia um problema no meio do caminho. E até que a gente conseguisse entender que esse problema era um problema muito maior do que o que estava acontecendo aqui no Brasil. E aí vocês vão entender aonde eu vou chegar.

A Sandra saiu dos Estados Unidos e chegou ao Brasil. E a gente queria saber se ela estava com o pai adotivo, com a mãe adotiva. Por que Sandra veio e acabou nos procurando aqui no Brasil? Ela chegou com um pastor, um pastor evangélico chamado Bob Nash. Há imagens dele na Internet e nas reportagens também que foram cedidas para a CPI. Bob Nash trouxe a Sandra tão desconfiado de tudo o que acontecia aqui no Brasil, de tudo o que aconteceu em São João do Triunfo, que o primeiro contato que tivemos foi numa praça, num banco de praça pública, as pessoas passando, e eles de tênis. E depois eles explicaram para a gente que eles estavam de tênis por que eles estavam preparados para sair correndo. Para a gente ter uma ideia de como que estava a cabeça dessas pessoas. Depois de duas horas em que Bob Nash sabatinou a nossa equipe, queria saber se a gente fazia parte do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, se a gente fazia parte da ONG, quem éramos nós, se a gente achava que as crianças tinham sido vendidas. Bob Nash perguntou isso com todas as letras. *“Vocês acham que as crianças foram vendidas?”*



Depois de ele perceber que a gente só queria ajudar a Sandra, ele nos deixou chegar até a ela, que nos aguardava numa hamburgueria, em Curitiba. Conversamos informalmente. A primeira conversa foi gravada apenas a título de prova, para que os Deputados soubessem do que estávamos falando, não para ser utilizado como matéria jornalística. Mas os Deputados têm já a cópia dessa conversa. E nessa conversa a Sandra diz que foi abusada pelo pai adotivo, que nunca, em nenhum momento, qualquer pessoa, seja do Ministério da Justiça, seja do Tribunal de Justiça do Paraná, da Comissão de Adoção, do Ministério Público ou do Governo americano, que ninguém, jamais, fez qualquer tipo de visita a essas crianças. As sete chegaram, obviamente, sem falar uma única palavra de inglês, e ninguém falava uma única palavra de português.

Já imaginaram o que é isso? Retiramos sete crianças daqui dizendo que iriam para um mundo perfeito, mais ou menos como num conto de fadas, que iriam sair de uma situação de pobreza e ir para outro país viver muito bem, obrigada, e chegaram lá e nem comunicação era possível, não havia quem as ajudasse. E, durante todos esses anos, não houve uma única visita, de um único representante de qualquer governo, ou mesmo da ONG que fez a intermediação, para saber qual era o estado dessas crianças.

Nesse período, as crianças continuavam sendo obrigadas a assistir a filmes pornô com o pai, pelo menos é o que nos relata Sandra, nos relata em áudio e depois numa conversa de MSN, que eu tenho que entregar para os senhores — essa é nova, Deputados —, em que ela conta ali alguns detalhes de como era a vida dessas crianças e que ela chegou a reclamar para a mãe, a contar para a mãe, que o pai de fato abusava das meninas.

Pois muito bem. A mãe é alcoólatra, segundo relatos da própria Sandra, a Denise Adamo, que é o nome da mãe, que inclusive ficou bastante mexida com a série de reportagens, mandou mensagens pelo Facebook um tanto quanto intimidadoras, e a gente acabou até deixando isso um pouco para lá, porque a ideia agora é que a gente saiba como estão as outras crianças que ficaram nos Estados Unidos. A Sandra fugiu de casa assim que completou a maioridade, não está mais lá.



Mas aí o que a gente percebe é que essas crianças foram retiradas de um processo mais do que questionável. Questionável é a palavra mais leve que eu posso usar. Acompanhando os detalhes do processo, lendo o processo, ouvindo as pessoas, e essas pessoas são do Ministério Público ao CNJ. Todos foram ouvidos. A população de São João do Triunfo foi ouvida. Os parentes todos foram ouvidos. Os procedimentos que determinam a destituição do pátrio poder e a adoção não foram cumpridos no processo, porque dentro da família tinha gente querendo ficar com essas crianças, pessoas que inclusive prestaram depoimento na CPI e que não foram procuradas, foram convocadas por edital, sinal de fumaça, pombo correio. São pessoas simples que nem sequer têm acesso a jornal. Elas não sabiam. Elas não sabiam. E aí eles foram retirados porque a família aqui estava desestruturada, porque o pai bebia, a mãe apresentava alguns problemas, eram pobres demais, comiam do lixo. É isso que dizia ali dentro do processo, comiam do lixo. Aliás, uma informação que deixou a D. Rivonete bastante nervosa, porque ela disse que nunca os filhos dela comeram no lixo, que a pobreza de fato existia. Mas tiraram essas crianças de uma família pobre, desestruturada e colocaram numa família rica desestruturada, em outro país, sem chance de que esses pais pudessem de novo ter acesso a essas crianças, ainda que quisessem, e ainda que outras pessoas da família quisessem.

E, quando a gente soltou essa primeira reportagem, o que chamou a atenção é que outras famílias também de São João do Triunfo começaram a levantar a mão e dizer: *“Eu passei pela mesma coisa; fizeram isso comigo também; meus filhos foram levados”*. E aí aparece uma mãe aqui, outra acolá na CPI. Enquanto a gente estava conversando e as rádios transmitindo em Curitiba, mães começaram a aparecer, não só de São João do Triunfo, mães de Curitiba, mães da Região Metropolitana, contando exatamente a mesma história. Repito: alucinação coletiva? Essas famílias todas estão erradas? Elas tiveram a chance de ficar com os seus filhos novamente? E o dinheiro, no meio da história? Dinheiro, havia dinheiro para que houvesse negociação com essas crianças. Porque, em meio a essas conversas com as pessoas tão simples de São João do Triunfo, elas me diziam: *“Ô, Joice, tem o Desembargador Lino, que vem aqui. Tem o Desembargador Lino, o Desembargador Lino vem aqui”* Ora, não há um Desembargador Lino. Mas ele se



apresentava para essas famílias como Desembargador Lino. Era assim que ele dizia: *“Eu sou do Tribunal de Justiça. Eu sou o Desembargador Lino”*. Todas as famílias podem, que foram procuradas por ele, que inclusive faz, Deputado, uma espécie de batida nos gabinetes das promotorias, oferecendo os seus serviços de intermediação internacional. Olha só que coisa perfeita! É a terceirização da terceirização. São só crianças pobres, né? Então tudo bem, a gente terceiriza e manda para fora. Eu tenho relatos de outros Promotores me contando exatamente isso. *“Olha, mas ele bateu na minha sala oferecendo serviço”*. Procura em geral essas comarcas, onde há as pessoas mais pobres para oferecer os préstimos da intermediação da adoção internacional.

Quando soubemos que havia um suposto desembargador chamado Lino, e que esse nome, obviamente, não faz parte ali do corpo que compõe o Tribunal de Justiça, começamos a procurar. Quem é Lino? Quem é Lino? Quem é Lino? Que foi a pergunta que eu fiz à Promotora, inclusive. Em meio à discussão, perguntei a ela: Quem é Lino? Já numa segunda ou terceira entrevista. Na primeira ela foi reticente, depois teve um segundo contato, e depois da reportagem ela mesma me procurou e falou: *“Não, agora eu vou falar”*. Tudo bem. E eu perguntei a ela: *“Quem é Lino? A expressão, Deputado — e esse trecho foi entregue a vocês aí —, foi de susto, primeiro. Ela me pergunta: “Lino? Que Lino?” E aí ela me responde: “Lino é o intermediador.”* E nessa conversa é que nós conseguimos chegar ao tal Audelino de Souza. Difícil chegar nele. Nem o nome completo é fácil de achar, nos deram outros nomes, até que fomos investigando, investigamos e chegamos ao Audelino. Descobri o telefone dele, o telefone celular dele, e começamos a tentar os contatos. Um, dois, três, quatro, e telefonemas desligados e, obviamente, todos grampeados, todos eles, trabalho de investigação desde o da Oi, isso tudo é gravado. E cada vez que alguém se apresentava, *“olha, eu sou da produção, da jornalista Joice Hasselmann”*, desligavam o telefone, e nós estávamos ali tentando.

“Queremos falar das adoções”. *“Por quê? Como você tem o meu telefone?”*. Essa foi a única declaração que a gente conseguiu dele, até bastante agressivo, até um determinado momento em que ele falou assim: *“Essa coisa de ficar investigando adoção internacional é coisa de jornalistazinho vagabundo para vender jornal”*. Essa declaração também foi entregue aos senhores. Ele estava revoltado assim no meio



do processo porque, em 1999, a mesma ONG, chamada Limiar, foi denunciada exatamente pela mesma coisa: ela cobrava para intermediar adoções. O preço do negócio: 5 mil dólares, 5 mil dólares. Agora a gente teve uma correção bastante interessante, porque o preço agora subiu, são 9 mil dólares. Nove mil dólares é o preço para que haja intermediação para levar uma criança, retirá-la aqui do Brasil para qualquer outro país. Esse é o preço da ONG.

De acordo com outros relatos, isso obviamente carece de provas, o que eu estou dizendo aqui, eu tenho gravações e provas, mas há relatos, e ainda não há provas de que o valor poderia ser muito maior, mas aí outros agentes do processo teriam que ser investigados, e esse é trabalho aqui para CPI e para a Polícia Federal.

Pois bem. Em meio ao processo, depois de estar muito nervoso e depois de eu conseguir uma foto dele e colocá-la no meu *blog*, colocar na *Rede Record*, disseminá-la, ele atendeu à nossa reportagem e, bastante nervoso, acabou admitindo que há a cobrança dos 9 mil dólares para fazer essa intermediação, mas que seria uma doação.

Bom, até uma criança de 7 anos sabe que, na doação, a primeira coisa é que não tem valor fixo. Doação é doação. Se eu quiser doar 1 real, eu vou doar, se eu quiser doar 100 mil reais, eu vou doar. Então, doação em valor fixo descaracteriza o critério de doação, primeiro ponto. Segundo, lucro, com adoção internacional? Não pode. Dinheiro envolvendo adoção internacional? Não pode, pelo menos foi o que a Polícia Federal me disse. Conversei com o pessoal da Inteligência da Polícia Federal, depois conversei com o Deputado Francischini, que também é policial federal. E, de novo, ou os policiais estão tendo uma alucinação coletiva ou tem problema na história. Dinheiro configura tráfico. É uma venda, então, de crianças? É para ajudar ONG? Que faz que tipo de trabalho? Por que é necessário que uma ONG, já denunciada, faça um processo de terceirização da adoção internacional? Por quê? Essa é uma pergunta que foi feita à Comissão Judiciária de Adoção do Paraná, Tribunal de Justiça, e que ficou sem resposta durante muito tempo, até que o CNJ também ficou sabendo do caso e esteve alguns dias na capital, numa sexta-feira. Na segunda-feira recebemos um ofício, eu recebi um ofício que já foi



encaminhado aqui ao Deputado Arnaldo Jordy, da Comissão Judiciária de Adoção, dizendo que o Tribunal de Justiça abriu um procedimento para investigar o caso.

Bem, já temos aí um avanço, não é? O Tribunal de Justiça, que até então estava calado no meio do processo, em especial a Comissão de Adoção, que, sem medo de qualquer represália ou qualquer pressão, é uma caixa-preta, é uma caixa-preta. Ninguém tem acesso ao que acontece ali. A gente está falando de adoção de criança, adoção internacional, e ninguém tem acesso ao que acontece ali. Eu consegui conversar com uma única pessoa, um procurador, aparentemente muito correto, diga-se de passagem, o Procurador Fontoura, mas que me deu assim uma informação que me deixou assim estarecida. Ele disse: *“Olhe, Joice, o negócio é o seguinte: realmente tem essa ONG que faz o processo de intermediação, as crianças são levadas aos Estados Unidos”*. E eu perguntei: *“Quem fiscaliza? Se eu levar uma criança daqui, colocar nos Estados Unidos, e todo dia eu cortar um pedaço dessa criança, ninguém vai saber porque não tem fiscalização”*. Ele falou: *“Não, quem fiscaliza é a ONG que intermediou”*. Ou seja, a ONG denunciada. A ONG denunciada, que cobra para intermediar, é quem fiscaliza a situação dessas crianças fora do Brasil. É surreal um negócio desses.

E aí ela tenho que fazer quatro relatórios em 2 anos. Acabou. E a ONG nunca apareceu. A Sandra nos disse. A ONG nunca apareceu. Os relatórios foram feitos? Ninguém me apresentou os relatórios. Seria, talvez, o primeiro posicionamento da Comissão Judiciária de Adoção. Estão aqui os relatórios. Confiamos nos relatórios.

E aí o Procurador Fontoura me disse: *“Joice, não há problema para os Estados Unidos, que se baseiam nesse relatório, não há problema para o Brasil”*. Então, se a criança sumir, desaparecer, se houver tráfico de órgãos... Não há denúncias de tráfico de órgãos, pelo menos nesse caso. Mas, se houver qualquer coisa que envolva essas crianças, ninguém vai ficar sabendo. Ninguém vai ficar sabendo!

A gente ficou sabendo desse caso, eu acho, que até por um pouco de sorte, ouviu, Deputado? E um trabalho de investigação árduo, cansativo, exaustivo, e que continua.

Para vocês terem uma ideia, com a repercussão dessa reportagem, as pessoas ganharam coragem para falar. Tiveram que colocar um Vereador lá em



Curitiba para conseguir atender às pessoas no gabinete dele, por causa do número de famílias que reclamam que sofreram problemas envolvendo casos de adoção internacional. Só em São João do Triunfo, pelo menos, que eu conversei, foram mais oito famílias.

O Deputado tem mais ainda, não é, Deputado? Mais de uma dúzia aí. Muita gente reclamando dos processos internacionais de adoção. Vejam, adoção internacional, a exceção da exceção. Mas em São João do Triunfo é fácil demais, Deputado. É simples demais.

Acho que eu fiz um breve relato aqui. Agora, o que a gente tem de avanço nessa história é que outras famílias conseguiram coragem para denunciar. A gente tem o Tribunal de Justiça, que, enfim, disse que abriu uma sindicância, pediu todo o material, as gravações que nós fizemos no meio desse processo, que foram entregues à CPI. E nós temos o CNJ, que ficou sabendo da história. Eu mesma entrei em contato, a Deputada Flávia, que não está aqui presente, já havia dito que ia entrar em contato com o CNJ. E eles acompanharam a história, e, antes que houvesse uma denúncia oficial no Conselho Nacional de Justiça, eles estiveram no Paraná para investigar uma outra denúncia de venda de sentença, vejam só, por desembargadores. E já aproveitaram para levantar as informações envolvendo essas adoções internacionais.

Então, nós já temos aí um passo à frente, esses braços que vão poder ajudar a CPI na condução da história. E, além disso, houve a batida no apartamento do Lino, busca e apreensão, e ali descobrimos que São João do Triunfo é só mais um Município. Só mais um. Há muitos outros por aí, pelo menos em 29 Municípios a ONG Limiar atuou cobrando os seus 9 mil dólares por cabeça de criança intermediada.

Eu acho que é isso, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Joice, pelas suas considerações aqui, por esse breve relato de como se processaram as investigações e as denúncias sobre esse processo de adoção supostamente legal, envolvendo a ONG Limiar.

Nós já tivemos acesso a uma farta documentação, que foi apreendida por nossa solicitação de busca e apreensão, executada pela Polícia Federal do Paraná,



na casa do Sr. Audelino. E essas informações, esse material contêm uma quantidade de situações, de revelações que esta CPI teve e algumas delas são assustadoras, pela dimensão com que essa ONG atua e pelo tempo que atua no Brasil.

Portanto, talvez, seja um dos casos mais complexos que esta CPI tem. Acho que o enredo geral, pelo que nós ouvimos lá no Paraná, na audiência e na oitiva que fizemos lá, na diligência... E acho que há algumas coisas que devemos apenas concluir para saber exatamente a extensão e o grau de envolvimento, inclusive, de algumas instituições do Estado brasileiro, seja o Poder Judiciário, seja o Ministério Público, seja a estrutura cartorária. Mas há alguma coisa de muito estranho. A exemplo do que também nos deu a impressão, no caso da Bahia, em Monte Santo, nesse caso do Paraná acho que há uma sensação muito forte e de entendimento desta CPI de que há a participação de atores do aparelho de Estado brasileiro nesse processo supostamente regular de adoção.

Nós vamos facultar a palavra às Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado Severino Ninho está inscrito.

Quero registrar também, além das já registradas aqui, a presença do Deputado Miriquinho Batista, da Deputada Antônia Lúcia e do Deputado Severino Ninho.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, é porque foi a primeira pessoa que eu vi, mas está facultada a palavra às Sras. e Srs. Deputados para fazerem suas considerações.

Deputado Francischini. Em seguida, o Deputado Severino.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, eu volto novamente a fazer coro com a imprensa do Paraná e com a jornalista Joice Hasselmann sobre o elogio ao trabalho que V.Exa. vem fazendo à frente da CPI. Os nobres companheiros que estão conosco desde o começo, Deputado Luiz Couto, Deputada Flávia e V.Exa., enfim, todos os membros, fizeram uma CPI diferente, uma CPI de resultado, uma CPI que tem ido às pontas, uma CPI que ajuda buscando e incentivando jornalistas investigativos, como é o caso, não temendo a repercussão e



as pressões de órgãos públicos que poderiam influenciar para que não fossem investigadas as mazelas da sociedade que, muitas vezes, por falta de uma legislação eficaz, acabam deixando dúvida o entendimento. E muitas vezes muitos se sentem acima do bem e do mal e acabam tendo o entendimento de que, talvez, a pobreza seja o diferencial entre adotar e não adotar uma criança, decidindo seu futuro, como se substituíssem ao próprio Deus.

Eu trago aos membros da CPI que não estiveram no Paraná junto conosco um número estarrecedor, Presidente: 355 crianças é o número que só a ONG Limiar encaminhou para adoção nos Estados do Paraná e de Santa Catarina — 355 adoções. São meninos e meninas paranaenses e catarinenses dos quais não temos a mínima noção de onde estão hoje ou de quem são as famílias adotantes. Tomara Deus que sejam famílias de bem. Mas nós não temos noção, porque, como falou a jornalista Joice, a legislação brasileira hoje, mesmo com os acordos e tratados internacionais, não prevê uma medida, uma punição ou uma mudança na forma de adoção, caso a família, ou a ONG que intermediou, não faça os relatórios, que deveriam ser semestrais após uma adoção internacional.

Eu trago em primeira mão, Presidente, que, no caso de São João do Triunfo, nenhum relatório foi feito. E a gente não viu nenhuma cobrança do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, do CEJA, da CPI, sei lá — estou citando todos os órgãos. O fato é que a autoridade central para adoção no Brasil não fez cobrança.

A gente acompanhou a história dos 9 mil dólares, gravada pela equipe da Joice. Mas em depoimento a Sandra, em determinado ponto, conta que viu, quando ela foi entregue para essa família, o seu Audelino recebendo uma grande quantidade de dólares em dinheiro.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Um pacote.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Um pacote de dinheiro.

Então, a análise superficial que o senhor fez, Presidente, do patrimônio do Sr. Audelino mostra que o patrimônio dele, em 5 anos de análise, cresceu 300%. Foram três imóveis de alto padrão comprados nos últimos anos. E o salário dele é incompatível. Ou seja, a gente já viu pareceres dizendo que ONGs que intermediam adoções autorizadas pela autoridade central podem receber um salário que seja justo, mas aqui ficou comprovado, pelo aumento patrimonial e pelo salário



declarado, que tinha lucro financeiro envolvendo essas adoções. Lucro financeiro corresponde a tráfico internacional de crianças. Alguém está lucrando, comprando imóveis, está se beneficiando da desgraça alheia de famílias pobres, carentes, com gente dependente química de drogas e álcool, levando daqui os futuros cidadãos do nosso País.

Eu trago também, Presidente, e nós aprovamos na sessão passada aqui, Joice, com apoio unânime de toda a CPI, a necessidade de a gente ouvir a Sra. Patrícia Lamego. A Sra. Patrícia Lamego, Deputado Luiz Couto, era a autoridade central de adoções até novembro do ano passado. E nós apreendemos, Deputada Antônio e Deputada Dorinha, lá na casa do seu Audelino, junto com a Polícia Federal, uma série de *e-mails*, comemorando a exoneração dessa funcionária. Em alguns diziam, inclusive: *"Vamos abrir uma champanha para comemorar a exoneração da Patrícia Lamego"*. Ela era a autoridade central da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República e teve comemorada a sua exoneração. Eu tive a curiosidade: porque abrir champanha? E eles dizendo nos *e-mails*: *"Agora nós vamos poder mandar mais criança para fora"*. Coisas terríveis estão nesses *e-mails*. E eu liguei para essa Patrícia no dia em que a CPI estava lá em Curitiba. E essa Patrícia, sem saber quem era, sem saber que era um Deputado, eu perguntei: *"Por que poderiam comemorar a sua exoneração?"* Daí ela respondeu: *"Porque eu que segurei, esses últimos anos todos, a autorização para que essa ONG Limiar e a tal AWAA funcionassem no Brasil"*. Ou seja, elas não tinham autorização da autoridade central. E quando essa Patrícia foi exonerada houve comemoração, até com abertura de champanha pela sua exoneração. Nós precisamos ouvi-la, porque ela nos vai dizer aqui na CPI o que tem por trás dessas ONGs. Algumas são do bem, trabalham direitinho, mas essas primeiras que estamos investigando auferem lucro financeiro.

Sr. Presidente, eu encerro aqui elogiando novamente o trabalho investigativo que a jornalista Joice fez, a coragem de toda a equipe que ela tem lá no *Blog da Joice*, no *Paraná de Hoje*, que é um programa de rádio, na RIC, que é a Record, que está cobrando hoje, porque ela é uma das jornalistas âncoras da Record lá no Estado.



Mas eu trago um fato novo: eu vou apresentar, Deputado Luiz Couto, um requerimento, junto com o Deputado Paulo Freire, hoje, em extrapauta, para a gente quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico da Sra. Helena Sarhan ou Helena Tahan — nós ainda estamos vendo quais são os dados certos. Esta Helena, Sr. Presidente, ela é o Audelino de São Paulo. Nós descobrimos esta Helena pelos *e-mails*, pelas informações da busca, por informações do Dr. Ulisses, o Presidente da ONG Limiar, que disse que essa Helena fazia as mesmas tarefas que o Audelino fazia lá em Curitiba. Dizem as informações iniciais que ela intermediou com a ONG Limiar mais de seiscentas adoções no Estado de São Paulo. E uma matéria da *Folha de S. Paulo* nos traz que tinha um Juiz preferido — é uma matéria nova que eu vou trazer agora, do ano de 2000 — da ONG Limiar, no Estado de São Paulo, para fazer as adoções com a Limiar.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Como também no Paraná — não é Deputado? Desculpe interromper V.Exa., mas lá também há um Juiz preferido.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E lá, Sr. Presidente, quando eu fui ver quem era essa Helena, ao confrontar os dados apreendidos pela Polícia Federal, adivinhe quem era a pessoa que trocou *e-mails* com o Lino, comemorando a exoneração da Patrícia, a autoridade central de adoções? Helena.

Então, a Helena e Lino fazem parte da ONG Limiar. E eu, agora, por meio de uma simples consulta na Internet — e pode ser que a gente esteja trombando com um segunda ponta de *iceberg* —, Sr. Presidente, descobri que essa Helena está cadastrada, desde 2008, para representar uma ONG da Dinamarca para a adoção de crianças. Uma ONG da Dinamarca! Quer dizer, já não é a ONG Limiar, é uma outra ONG que representa um outro país. Então, tem gente lucrando com a desgraça de famílias brasileiras que passam necessidade em nosso País.

Eu acho que a CPI está atingindo o ponto certo, Sr. Presidente: são as adoções que estão sendo mascaradas no nosso País. Muitas vezes a gente não pode dizer, mas a gente tem que ser sincero: o Poder Judiciário e o Ministério Público estão sendo usados e induzidos, como a gente viu em muitos casos, a acreditar que estão fazendo um trabalho social, um trabalho de tirar da linha da miséria, de proteger, mas tem gente mal-intencionada por trás do tráfico internacional de crianças, ganhando dinheiro com tudo isso.



Sr. Presidente, não teria uma pergunta. Seria mais o elogio à condução de V.Exa. nos trabalhos desta CPI. É a CPI que, realmente, me anima na função de Deputado Federal aqui no Congresso Nacional. Parabéns a todos os colegas que aqui estão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Fernando Francischini.

Passo a palavra ao Deputado Severino Ninho, que é o próximo inscrito a falar.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caríssima Jornalista Joice, eu também gostaria de fazer um comentário sobre essas adoções internacionais e indagar se realmente o Brasil precisa desse tipo de adoção.

Somos um País com quase 200 milhões de habitantes, um povo generoso e, segundo dados do IBGE, com uma população que vem saindo da classe inferior, economicamente, para a classe média — cerca de 30 milhões de brasileiros alcançaram a classe média nos últimos 10 anos.

E gostaria também de saber se os Estados Unidos permitem que seus filhos sejam adotados por outros países. Será que um americano pode ser adotado — eu não conheço a legislação dos Estados Unidos — por uma família do Haiti ou mesmo do Brasil?

Então, temos que rever nossa legislação para, talvez, proibirmos adoções internacionais de brasileiros. Vou repetir: nosso País tem quase 200 milhões de habitantes e temos um povo generoso. Quem sabe possamos aqui criar um incentivo para quem adotar brasileiro. Ora, se temos o Bolsa Família, por que não termos um incentivo para as famílias brasileiras que adotarem brasileiros em situação difícil, ou até atingirem a maioria?

Os nossos irmãos brasileiros ou, como diz a nossa Presidenta, os "brasileirinhos" não devem ser levados para fora do País na infância, retirados dos seus lares. É uma violência contra eles e contra as suas famílias um processo, como este que acabei de receber, reservadamente, em que o Juiz não toma as devidas cautelas para decidir, às vezes sequer ouvindo o Ministério Público, os avós ou os tios. E o magistrado, mesmo sem ter esse desejo, às vezes transforma isso num comércio lucrativo, como está aqui colocando a brava Jornalista Joice.



Eu gostaria de perguntar se a senhora foi vítima de alguma ameaça por conta desse trabalho investigativo, ameaça de qualquer sorte, ou se foi vítima de alguma pressão dos órgãos para os quais a senhora trabalha como jornalista.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Antes de responder à sua pergunta, Deputado, em relação à legislação e a essa história de talvez proibir até a adoção internacional, quando a CPI esteve lá em Curitiba, o Olímpio de Sá Souto Maior Neto, que é uma das pessoas que ajudou a fazer o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é procurador e conhece muito bem o tema, ele se coloca absolutamente contra a adoção internacional, mas é uma das poucas vozes, uma das poucas vozes. Ainda assim, há uma lei que deveria ser rígida. Como a gente já falou, a adoção internacional é exceção da exceção da exceção da exceção, da exceção; é o último caso. Mas não é o que a gente acompanha. O que mais me choca não é nem a adoção internacional, mas é a gente terceirizar o processo. Ou seja, a gente manda embora, fecha os olhos, esquece que aconteceu uma adoção internacional e pronto. Então, talvez os Srs. Deputados possam fazer uma emenda à lei, um novo código ou algo semelhante a isso.

A proibição é quase impossível, mas criar mecanismos para que haja, de fato, um filtro para que isso não aconteça é perfeitamente possível.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI – É o caso que eles têm utilizado, o caso de irmãos, não é Presidente, dizendo que a adoção nacional não comporta e não tem o perfil de adotar determinada quantidade de irmãos. Então, se a gente pegar todas as adoções internacionais...

A SRA. JOICE HASSELMANN - São todos grupos grandes.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI – São grupos de três, quatro, cinco irmãos.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Ou sete — não é, Deputado? —, como nesse caso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI – Ou sete, como em São João; ou cinco, na mesma cidade.

A SRA. JOICE HASSELMANN – Na mesma cidade. Então, eles acabaram criando... É como licitação viciada, sabe Deputado, quando você cria lá um artigo ou uma frase para alguém ganhar. Então, criou-se um artiguinho ali que facilita essa



adoção internacional dessa forma, em grupos. Então, essa é uma discussão que vale a pena não ser esquecida. Talvez devêssemos ouvir, além da Promotora Tarcila, o Juiz do caso. Nós conversávamos há pouco aqui, eu e o Deputado Arnaldo Jordy, que alguém assina — e esse alguém que assinou foi o Juiz Paulo Bezerra Tourinho.

Em relação às pressões, Deputado, desde o início, a primeira informação, ou a primeira tentativa de fazer com que a matéria não fosse veiculada, foi tentar desconstruir a moral dessas famílias. Então, a pressão, primeiro, foi direto nas famílias. Para quê? Para que eu ficasse, obviamente, preocupada com a segurança delas — e fiquei — e parasse o processo de investigação. E foi por isso mesmo que eu procurei o Deputado Francischini, ainda na época da investigação, e falei: *“Olha, e a Polícia Federal?”* Eu falei: *“Eu preciso de socorro, porque essas famílias não podem ficar abandonadas lá num canto. Eu não posso ser irresponsável de fazer uma denúncia e acontecer alguma coisa com essas famílias”*. Então a primeira pressão começou lá. Depois disso, ligações intimidadoras, gente me dizendo: *“Calma, tem um dia após o outro. Tudo que está no seu blog está sendo ‘printado’.*” Eu faço questão: “printem” tudo que está no blog. Não tem problema nenhum. O que está lá é comprovado, tem gravação, tem gente, rosto, são pessoas com nome, sobrenome, telefone, RG e CPF.

O Tribunal de Justiça, como eu disse aqui ao senhor, a Comissão de Adoção, chegou a marcar uma entrevista. Foram 14 tentativas. Obviamente, todas documentadas também, porque senão... O que a gente ouve é: *“Ninguém quis nos procurar, ninguém nos procurou”*. E eu fui até lá, depois da 14ª tentativa. Depois de entrevistas marcadas e desmarcadas, eu fui até lá com uma câmera na mão, pedi para o câmera ligar e gravar tudo. Foi um momento um tanto quanto tenso. Começou a proliferação da Polícia Militar ali, os policiais começaram a aparecer, aparecer. Ninguém encostou em mim, obviamente, porque também eu sei exatamente quais são os meus direitos num órgão público. Tentaram fazer com que a câmera fosse desligada. Eu disse que não, que era um prédio público e eu poderia filmar. A partir daí eu recebi um torpedo me dizendo que seria muito desagradável para mim ter uma indisposição com o Tribunal de Justiça, uma vez que eu estou em processo de investigação há bastante tempo, uma vez que eu já processei Senador,



Deputado, uma vez que eu estou no meio aí de alguns processos de investigação, que não seria bom para mim, seria pouco inteligente. Mas muito bem. Eu respondi que...

Como eu disse, na CPI, o Deputado Couto me perguntou se havia pressão. Eu já estou até acostumada, Deputado. Já estou até acostumada. E o que faz esse tipo de gente parar de pressionar, seja de que órgão for, é simplesmente a gente falar, não se calar, e nós não nos calamos. Tem pelo menos 1 mês que a gente está divulgando aí, todo dia, alguma coisa envolvendo esse caso — todo santo dia. Algum tempo, num passado recente, teve um artigo na imprensa, outra investigação que eu fiz lá também um tanto quanto pesada, e aí invadiram a minha casa. Enfim, eu não vou me estender no relato. Suiu uma reportagem no Observatório da Imprensa dizendo assim: “*O cangaço na cidade*”. Muitas vezes, no Paraná, funciona assim, é o cangaço na cidade. Essa imagem do Sul maravilha é uma imagem que não condiz com a realidade, quando você trata de grandes instituições. Então, o cangaço existe na cidade, mas não tem problema, não. A todo momento em que há uma ligação mais pesada, uma tentativa de intimidação, um *e-mail*, um bilhete, eu sempre estou informando o Deputado, a Polícia, fazendo cópia de tudo isso, para a gente acompanhar o processo e não se calar, obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. O Deputado Severino Ninho sabe muito bem o que é o cangaço na cidade e no Sertão.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Como eu sou de Pernambuco, onde o Lampião pintou e bordou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Conhece as duas faces do cangaço, a da cidade, pelo depoimento aqui da jornalista Joice, e evidentemente do Sertão paraibano, que V.Exa...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Pernambucano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ...pernambucano, que V.Exa. conhece muito bem.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - O Lampião também andou na Paraíba. Não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Vamos ouvir o Deputado Luiz Couto. Eu gostaria apenas, a título de registro aos Srs. Deputados e as Sras.



Deputadas, de informar que nós temos ainda dois depoimentos e mais uma sessão de requerimentos para serem discutidos nesta Comissão. Portanto, apelo a todos para que sejam objetivos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, dizer da importância das investigações feitas pelo jornalismo investigativo da jornalista Joice. Ela, de fato, foi de extrema importância para que nós pudéssemos desvendar ainda uma parte dessa organização criminosa, porque eu considero que são quadrilhas que estão funcionando, tendo convivência, participação, enfim, mostrando... Quando eu li lá, depois que a Promotora entregou dois depoimentos, acho que um da Sandra e o outro do Elton, parece-me, onde eles assinavam dizendo que conversavam demoradamente com os pais adotivos, brincavam com eles. Os meninos, que não sabiam nem falar português direito, agora já falam inglês, sem nunca ter feito aulas de inglês.

A SRA. JOICE HASSELMANN - A ponto de brincar demoradamente, inclusive.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é. Mostrando que, de fato, o depoimento foi montado e assinado, inclusive, pela Promotora, pelo juiz e pelo escrivão.

Uma coisa que chama atenção é que nós temos vários escrivães designados, mudam de escrivão com facilidade. E nós identificamos que, na Bahia, a escrivã, que era uma escrivã juramentada, teve uma função importante na questão da adoção ilegal que foi feita naquele Estado, em Monte Santo.

Nós temos que investigar, Sr. Presidente, inclusive esses escrivães que, muitas vezes, são designados, não têm aquela postura de um escrivão — *“Vem cá! Você vai agora assinar como escrivão ad hoc”* — e muitas vezes escrevem aquilo que lhes determinam.

Mas um fato que chama a atenção é a ausência do Desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo, Presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Paraná, que foi convidado para participar e que não apareceu nem deu qualquer justificativa.



A SRA. JOICE HASSELMANN - O próprio que marcou entrevista comigo, Deputado — só fazendo um aparte — e que desmarcou. Quando eu apareci lá, apareceu a Polícia Militar para me receber. Foi o próprio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso mostra, Sr. Presidente, que, por exemplo, foi dito lá pelo conselheiro tutelar que eles traziam um relatório, e a Promotora dizia: *“Não pode. Esse relatório está muito bom pra eles. Você tem que trazer um relatório dizendo que os meninos vivem no meio de fezes”*. Ou seja, como é que se faz uma casa onde não se coloca banheiro? Querem que os meninos vão defecar onde, morando no lixão? Ou seja, na realidade, mostrando que era essa a razão, ou mesmo a pobreza passou a ser um elemento para a retirada do pátrio poder. Nós não podemos aceitar isso de modo algum.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Senão, a gente manda embora 80% das crianças do Brasil. Manda todo mundo, se a pobreza for...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é. Esse é um fato que chama a atenção.

E mais do que isso, mostrando que os vários depoimentos que nós tivemos de pessoas que vieram lá de São João do Triunfo, colocando que, por exemplo, a D. Rivonete e o Seu Adão, que foram chamados para contestar o termo de adoção feito pelo juiz, fizeram uma intimação que eles nunca receberam.

A SRA. JOICE HASSELMANN - No *Diário Oficial*, para quem nem sabe ler, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é. E depois eram 10 dias; depois fizeram outro. Ou seja, mostrando que havia uma tentativa para impedir que a verdade viesse à tona.

Então, eu acho que, nesse sentido, o seu trabalho é importante, merece todo o nosso apoio. E nós devemos continuar, porque, como disse o Deputado Francischini, não é apenas em São João do Triunfo, as quadrilhas estão tendo triunfos na adoção ilegal, na retirada do pátrio poder de forma abrupta, em diversos outros Municípios do Paraná e de Santa Catarina.

Não é difícil perceber que o Seu Audelino nasceu em Santa Catarina.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Sim.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Veio morar em Curitiba. Primeiro, trabalhando em serviços gerais, depois foi para um hotel. E foi nesse hotel que ele encontrou um casal de americanos que estava num processo de adoção. E, a partir daí, ele passou a ser o intermediário, ganhando dinheiro e indo várias vezes aos Estados Unidos.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Audelino, que não tem formação superior, não estudou porque disse que era muito pobre, mas que falava inglês muito fluente na forma de fazer todo o processo de intermediação internacional. É uma informação que me chamou atenção também.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é. Isso é um fato que chama atenção.

Então, Sr. Presidente, eu só queria dizer que é muito importante essa continuidade das investigações. Acho que o caso do Paraná, como o caso da Bahia e de Monte Santo, revela que não são ações isoladas, são quadrilhas que têm vinculação internacional, com tentáculos aqui no nosso País. É necessário que nós possamos dar um basta.

Por que o Conselho do Paraná não deu a concessão para a intermediação por parte de algumas entidades da Itália?

Na Limiar, com facilidade, foi feito esse credenciamento, mostrando que há algo nebuloso nessa situação toda, e que nós precisamos continuar investigando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem, Deputado Luiz Couto. É isso aí.

Deputada Dorinha com a palavra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Bom dia a todos.

Na verdade, eu vou ser muito breve. Eu acho, Presidente, que o que nos provoca mais é entender. Está muito claro, pelo menos, que existe uma rede organizada, no País como um todo, que envolve quem deveria proteger as nossas crianças e famílias.

Eu acompanho de perto um caso no meu Estado do Tocantins, mas, através do caso, eu percebo que, coincidentemente, as pessoas envolvidas são pessoas



que vieram ou são do grupo do Paraná, do grupo de Santa Catarina. Os juízes, desembargadores e delegados não fizeram o seu papel. A mãe procura o filho há mais de 20, 25 anos, tem dados concretos. São pessoas que hoje, algumas delas inclusive estão afastadas ou foram aposentadas compulsoriamente pela Justiça, numa operação conhecida como Operação Maet, no meu Estado.

Então, não é uma coisa inocente nem pontual. É por isso que eu acho que o nosso trabalho, embora haja situações pontuais... E quando a gente encontra uma pessoa que tem coragem de ir atrás, de buscar, puxar a ponta, o fio da meada é interessantíssimo. Mas a gente precisa entender que não tem como uma coisa dessa proporção não ter tentáculos em todos os lugares, a começar aqui por Brasília, a começar pelas estruturas que deveriam garantir segurança.

É algo de uma proporção... Eu fico muito estarrecida quando me lembro do depoimento do representante da ONG Limiar, daquela grande inocência, do desconhecimento do que estava escrito. É uma pessoa que deveria ser interdita, porque ela está fora da realidade, certamente caiu de Marte, naquele dia em que veio aqui na CPI.

Então, eu só acho que os tentáculos são enormes. Nós precisamos, talvez, não cuidar tanto do “só se preocupar” e temos essa preocupação com as representatividades, com as vidas envolvidas. Mas há uma coisa muito grande estruturada e há muitos anos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais algum Sr. Deputado.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Só lembrando que isso não tem como funcionar sem os cartórios.

No meu Estado, teve o envolvimento de um ex-prefeito que tinha um cartório que tinha um esquema de venda de certidões, para esquentar documento para as crianças saírem do Brasil.

Então, é uma rede que está espalhada e, talvez, nas pequenas cidades, que é onde o acompanhamento é muito mais difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Exato.

Eu queria só, antes de encerrar essa fase da nossa audiência... Eu acho que todos os depoimentos aqui dos nossos Deputados e Deputadas foram muito convergentes no sentido de que há uma convicção majoritária e, eu diria, talvez até



unânime nesta CPI, de que nós estamos lidando com uma rede, uma organização criminosa, cuja ação premeditada e dolosa é no sentido de burlar a lei e as instituições deste País, para fins de operar esse comércio de adoções ilegais no Brasil, especialmente no Paraná e em São Paulo.

Eu acho que nós precisamos, Deputado Luiz Couto, ultimar algumas providências nesta CPI, em relação ao caso do Paraná, para que a gente compreenda melhor a dimensão dessa promiscuidade do Estado com a rede criminosa.

Eu não quero aqui fazer nenhum julgamento preliminar nem correr o risco de estarmos fazendo ilações indevidas a essas instituições. Mas, por tudo o que já foi falado e mais alguma coisa que não foi falada aqui, é muito estranho o volume, a agilidade, a celeridade, a informalidade com que essas coisas têm ocorrido, e os enredos são muito parecidos — do Paraná, de Monte Santo, na Bahia — com outros casos que têm chegado a esta CPI.

Acho que além dos requerimentos que já foram aqui aprovados, feita referência pelo Deputado Francischini, temos que imediatamente fazer a acareação do Sr. Audelino com o Sr. Ulisses, para esclarecer o depoimento de ambos, um feito aqui nesta sala e outro feito no Paraná, diante da CPI. Esses depoimentos são torrencialmente contraditórios, é abissal a distância entre o que diz um e o que diz outro. Evidentemente que nós precisamos... Se numa manifestação aparente em primeiro plano já se percebeu essa farsa, essa acareação com certeza vai nos revelar muito mais. Acho que nós precisamos fazê-la urgentemente. Tem um requerimento inclusive já aprovado por esta CPI, acho que temos que priorizar isso para fazer.

Segundo, acho que nós temos que convidar o juiz Paulo Tourinho para ser ouvido nesta CPI, para prestar esclarecimentos acerca também da suposta participação ou não do Poder Judiciário ou por que tanta negligência na apreciação desses processos. Acho que o primeiro gesto é de nós convidarmos essas autoridades.

Acho que nós temos que também convidar o Desembargador Fabrício para prestar informações, esclarecimentos e depoimento nesta CPI.



Acho que nós temos que solicitar a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico e de viagens da Promotora Tarcila Teixeira.

Acho que esses são alguns personagens do aparelho de Estado, da estrutura do Estado do Paraná que precisam no mínimo prestar esclarecimentos acerca das suas condutas nesses processos de adoção no Paraná.

Quero aqui deixar como proposta convidarmos essas autoridades e, dependendo da quebra do sigilo da Promotora, talvez até, em um segundo momento, convidá-la novamente a prestar esclarecimentos nesta CPI.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, acrescentaria a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... que ainda não deu tempo de fazer todo o levantamento daqueles que foram designados como escrivães durante todo o processo. Eu já consegui identificar: Maria da Penha Repossi, escrivã designada; Luiz Carlos Deina, também é outro escrivão que foi e aparece; e Andrea Cavalli Redim. Uma parece que é escrivã mesmo da Vara da Infância e da Juventude, essa Andrea Cavalli Redim, e os outros, parece, foram designados.

É importante isso aqui, porque há assinaturas lá naquele termo dos adolescentes, das crianças. É uma rubrica que ninguém sabe, não tem nome, ninguém sabe como é que foi aquilo. É importante verificar.

Eu pediria inclusive à assessoria que verificasse no processo que foi entregue...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quais são desses escrivães dos que estão abaixo?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aqui, pelo que já identifiquei agora, deve ter mais: Maria da Penha Repossi, escrivã designada; Luiz Carlos Deina e Andrea Cavalli Redim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É Deina.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não sei se a Andrea é Promotora, acho que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Acho que é Promotora também.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, ela está lá como: “*Eu, Fulana de Tal, escrevi (...)*” Aquela que assina a ata é escritã. Andrea, se for... Identifique aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tá. Vou identificar. Acho que todos entenderam a razão, o objetivo e a preocupação de V.Exa. no sentido de buscarmos também os esclarecimentos junto à estrutura cartorária e através dos escritãs. Nós vamos identificar quais são os personagens mais importantes dentro do que V.Exa. apresentou e as incorporaremos nessa sugestão de requerimentos que eu apresentei agora, com o adendo da proposição do Deputado Luiz Couto. O.k.?

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Só para complementar os dados que informei a V.Exa. Chegaram documentos às minhas mãos da senhora — agora o nome completo — Helena Maria Curvello Sarhan. Ela consta, em 2009, como representante da AC International Child Support, da Dinamarca, e, em 2012, da Bethany Christian Services Global. Todos de adoção de crianças. E no depoimento de Ulisses Gonçalves, o Presidente da ONG, ele disse que ela, nos últimos 20 anos, cuidava das adoções que o Lino fazia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Exatamente. Mas já estão o requerimento dela e o da Patrícia Lamego também.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É, por exemplo, vou apresentar essa pauta dela agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

Coloco à apreciação das Sras. e dos Srs. Deputados — vejam bem! — o conjunto das sugestões aqui feitas por mim e pelo Deputado Francischini, com o adendo do Deputado Luiz Couto, de se convocar esses personagens do caso da ONG Lumiar, do Paraná, para serem ouvidos pela CPI.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Sr. Presidente, subscrevo também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputada Antônia Lúcia. Está inscrita. *(Pausa.)*

Ah, a senhora está subscrevendo. Está bem.

Em votação o conjunto das sugestões. Se algum Deputado tem alguma objeção...



Depois nós vamos formalizar esses requerimentos, evidentemente dentro do rigor regimental, mas já aprovada essa convocação e o convite para essas pessoas comparecerem à CPI.

Depois, nós vamos também avaliar, pela quantidade de pessoas em função do adendo do Deputado Luiz Couto, se fazemos isso aqui ou fazemos outra oitiva no Paraná, para ouvir essas pessoas no Paraná.

Eu agradeço à jornalista Joice, mais uma vez, a colaboração com esta CPI, os esclarecimentos aqui prestados, e agradeço aos Srs. Deputados e as Sras. Deputadas.

Damos por encerrado este primeiro momento da audiência pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito para ouvir a jornalista Joice Hasselmann, que muito tem colaborado com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Peço, então, a nossa assessoria que convide o primeiro dos depoentes, no caso a Sra. Adriana Rodrigues Seidle da Silva.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Obrigada, Deputado.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nós vamos iniciar agora a oitiva de tomada de depoimento da Sra. Adriana Rodrigues Seidle da Silva, que já está aqui na nossa Mesa, acompanhada do seu defensor, o Dr. Hercílio de Azevedo Aquino, OAB/DF 33.138, que já está devidamente qualificado e já instruiu a sua cliente.

Eu queria apenas, antes de iniciar e facultar a palavra à Sra. Adriana, pedir que seja lido o termo de compromisso, que é uma exigência do nosso Regimento Interno e da Constituição brasileira.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Bom dia. *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É o termo de compromisso.

Esse episódio, que é um episódio de adoção, que envolve o caso ocorrido em Mazagão, no Estado do Amapá... Esse requerimento é o primeiro dos requerimentos que nós aprovamos.



Relativamente a esse processo de adoção nessa região do Amapá, nós deveremos fazer ainda uma segunda incursão no Amapá, por ocasião da ida desta CPI à região.

Vamos iniciar os depoimentos deste caso, ouvindo os primeiros depoentes, que, no caso, são a Sra. Adriana e o Sr. Alexander, esposo da D. Adriana. Então, eu vou, sem mais delongas, facultar a palavra a senhora, para fazer a sua exposição. A senhora não está aqui...

Neste momento o nosso objetivo aqui nesta CPI é apenas promover e produzir o esclarecimento dos fatos. A senhora aqui não está sendo julgada pela CPI, a senhora não está sendo acusada pela CPI. Nós estamos apenas aqui cumprindo com a nossa missão que é a de investigar essa questão do tráfico de pessoas no Brasil. E recepcionamos inúmeros casos, situações que são levantadas, e o nosso objetivo aqui é prestar esses esclarecimentos.

Portanto, neste momento, estamos dando-lhe a oportunidade de fazer a sua leitura, o seu esclarecimento, o seu depoimento sobre o fato que envolveu esse processo de adoção lá na região de Mazagão, no Estado do Amapá.

Então, eu lhe faculto a palavra por 20 minutos. Se houver necessidade de mais tempo, nós teremos toda a tolerância para considerar. Tá bom? A senhora tem a palavra, D. Adriana.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA- Bom dia. O meu nome é Adriana. Eu sou de São Paulo. Moro em Jundiaí. Agora eu estou morando em Itupeva, cidade de Jundiaí. Sou casada há 13 anos. Eu e o meu marido descobrimos que a gente não podia ter filho por volta de 2005, 2006, quando a gente decidiu que estava na hora de a gente ter filho. A gente pensou em fazer... Na verdade, o meu marido tem um problema de baixa produção de espermatozoides. A gente pensou em fazer inseminação artificial, mas, no momento, a gente não tinha dinheiro para isso. Eu não sou uma pessoa rica. Eu sou uma trabalhadora, assalariada. Não sou nada disso que o pessoal está dizendo. Então, a gente decidiu que... Aliás, eu primeiro falei para o meu marido que eu gostaria de adotar. Se fosse pra ter alguém, que eu queria muito ser mãe, e que eu gostaria muito de adotar uma criança. No começo meu marido até ficou meio receoso. Ele não queria. Daí a gente estava fazendo faculdade na época. E no trabalho nosso, a gente foi a uma ONG que



chama Sítio Agar, lá em Cajamar, que cuida de crianças com AIDS. E lá, ele conhecendo as crianças, ele se apaixonou, e ele resolveu que ele podia amar. Ele tinha muitas dúvidas. Quando você vai adotar, você tem muitas dúvidas. E ele decidiu que qualquer uma daquelas crianças que estivesse ali no sítio ele poderia amar e levar para casa qualquer uma delas. Então, o que nós fizemos? Nós fomos até a comarca da nossa cidade em Jundiaí perguntar como é que funcionava o processo de adoção. Certo? Chegando lá, a gente recebeu no fórum uma série de documentações que nós...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Essa ONG era de adoção?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - ONG, não. No fórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. Primeiro, lá em Cajamar?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - A ONG, não. Não era de adoção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não era de adoção.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Não. Nós fomos fazer um trabalho de faculdade na ONG que cuida de crianças com HIV, né. A gente estava fazendo um trabalho do terceiro setor para a faculdade. Nada mais. Então, nós fomos ao fórum da nossa cidade. Lá, eles nos disseram como que funcionava. Isso foi em 2007. Daí eles nos deram uma série de documentos. Nós entregamos todos os documentos. Fizemos... Passamos no psicólogo, na assistente social. Fizemos todo o processo de adoção legal na época. Quando saiu a nossa habilitação, a própria assistente social do fórum da nossa cidade falou que a gente deveria mandar, porque na época não existia o cadastro nacional ainda. Como é que funcionava? Nós mandávamos a nossa habilitação para outras comarcas, para as outras cidades. Nós estávamos habilitados no Estado todo de São Paulo e a gente podia mandar pra outras. E ela mesma nos aconselhou a fazer isso, porque em São Paulo a fila é grande, demora, tudo o mais. Eu tenho uma tia minha que trabalha no Tribunal de Contas de São Paulo. E lá tem várias assistentes sociais e tudo o mais, e ela falou que a amiga dela estava de viagem pro Amapá. Nunca tinha ouvido falar do Amapá, não conhecia nada. Daí eu perguntei se ela podia levar a minha habilitação. E ela levou a nossa habilitação pra lá, entregou lá nas comarcas, lá no



Estado. Passando um tempo, mais ou menos acho que, não lembro direito, uns 6 meses, ligaram pra gente de lá, da cidade de Mazagão, de que eu nunca tinha ouvido falar também, mas falaram que era do interior do Amapá, e eles falaram se a gente tinha interesse em adotar uma criança, uma menina de 6 meses de idade, que já estava em processo de adoção e que tinha sido devolvida, né. Daí nós aceitamos. Daí foi aí que nós fomos pra cidade. Eu estava na secretaria da comarca e conhecemos a nossa primeira filha, a Tamires. Hoje ela tem 5 anos, né. Ficamos lá. Voltamos pra casa com a guarda. Fizemos todo o processo via carta precatória em Jundiaí. Ouvimos um Juiz. Fez-se todo o processo normal de adoção. Hoje ela é adotada. Ela é nossa. Ela é nossa. Daí passou uns anos, começou o cadastro nacional, acho que em 2009, exatamente, e nós nos cadastramos no Cadastro Nacional. Colocamos o Estado do Amapá — já tínhamos uma ligação com a cidade — e ficamos esperando. Em 2011, passados muitos anos, nós recebemos uma ligação da Chefe da Secretaria, Dona Dalva, de Mazagão, informando que a mãe biológica da nossa filha estava grávida de novo. A mãe biológica da minha filha tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A mãe biológica de qual filha?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Oi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A mãe biológica de qual filha?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Da Tamires. Ela é cega, surda, muda, tem problema mental, e a avó não tem condições de criar. Daí ela descobriu que estava grávida, procurou o Fórum e normalmente falou que não teria condições de criar esta também. Daí elas me ligaram e me perguntaram se teríamos intenção de adotar. Quando falaram que era a irmã biológica de nossa filha, é lógico que nos animamos bastante, é lógico, com certeza, não é? Também pensamos que era a chance de mostrarmos a história da minha filha para ela. Então, dissemos: *“Vamos juntos”*. Ela já estava esperando a irmãzinha dela e tudo o mais. Passado um tempo, a Secretaria nos ligou e disse que a avó desistiu, porque ela viu que a filha ficou triste, a mãe biológica da minha filha mais velha. Então ela percebeu que gostava do rapaz e decidiu, por dó da filha, que ela mesma iria cuidar



da criança. Tudo bem! Nós aceitamos e continuamos vivendo nossa vida normalmente. Daí, num final de semana, num domingo, eu estava de saída, eu estava dentro do carro para irmos ao *shopping*, eu, meu marido e minha filha, quando de novo ela ligou para nós e falou: *“Olhem, não deu certo lá, mas tenho uma criança aqui que está precisando, é uma questão emergencial. Eu tenho um bebezinho de 2 meses aqui que foi abandonado na boca de fumo. A criança está toda machucada, e os pais biológicos estão foragidos”*. A família ligou lá e chamou a assistente social que eu conheci à época em que adotei a minha filha. Foi ela que cuidou da minha filha; ela foi a família acolhedora da minha filha mais velha à época. Como eles já estavam em contato conosco, perguntaram se não tínhamos interesse. Falaram que a mulher era usuária de droga e tudo o mais. No começo, eu confesso que fiquei preocupada. Eu falei: *“O que será que essa criança vai ter?”* Falaram que a criança estava machucada. Aí meu marido olhou para mim e disse: *“É exatamente essa criança que precisa, ela é quem precisa de ajuda”*. Aí nós não pensamos. Na hora em que estávamos saindo para o *shopping*, já mudamos o que iríamos fazer. Fomos à CVC, compramos passagem em dez vezes — e é supercaro para o Amapá —, compramos roupinhas para ela, fizemos tudo e, depois de 2 dias lá, tive de avisar na empresa em que trabalho e tudo. Foi uma loucura, porque pegou todo mundo de surpresa, inclusive o chefe de minha empresa. Fomos, pegamos o avião, eu, meu marido e minha filha. Levei a minha filha por quê? Para mim, essa história seria uma história bonita para ela. Ela iria entender de onde veio, porque ela sabe que é a minha filhinha do coração e ela iria entender. Chegamos ao aeroporto, pegamos um táxi, chegamos a Mazagão, encontramos a Dona Dalva no CRAS Margarida, onde a criança estava, sim. O pessoal fala que não, mas ela estava lá. Quem estava cuidando dela era a Dona Dalva. Ela já nos conhecia da época da adoção da Tamires, e a minha filhinha se assustou quando viu a menina toda machucada, toda cheia de feridinhas. Isso aí não sou só eu quem está falando, não. Tenho provas, tenho fotos de como ela estava. Tenho tudo isso documentado. Ela se assustou, mas aceitou e disse: *“Nossa, mãe, a Fernanda!”* Ela mesma quem deu o nome à menina. Não fui nem eu, nem meu marido, nem ninguém que escolheu. Até a Dalva falou assim: *“Ela não tem nada, não tem nome”*. O que fizemos? Já a levamos à medica que eles indicaram, voltamos à Macapá. A médica a atendeu, fez os exames



e constatou que ela estava com escabiose, que é sarna, toda machucada, e falou que ela estava cheia de piolhos, com 2 meses de idade. A médica falou que já a conhecia. Quando ela viu o neném, falou assim: *“Eu já conheço essa criança!”* Ela trabalha no hospital da cidade. Não me lembro do nome do hospital. Ela falou que a criança já tinha sofrido traumatismo craniano quando tinha 15 dias de idade e que ela ajudou no atendimento. A criança caiu e teve hemorragia. Ela falou que, depois da segunda tomografia, o corpo mesmo absorveu a hemorragia que a criança teve. E, nesse tempo em que ela estava lá, ela até descreveu como era a mãe: *“É esta a pessoa?”* *“Sim, é a mesma mãe”*. Ela falou que a mãe abandonou o neném lá. Imaginem uma criança com 15 dias de nascida, que teve um traumatismo, estava internada! Todo mundo sabe que a mãe fica junto com a criança. Disse que a criança ficou lá sozinha. Quem a amamentou foram as outras mães que estavam lá. Não apareceu ninguém, nem pai, nem mãe, nem avó, nem tio, ninguém, até que a mãe veio buscá-la. Ela confessou que a amiga dela, uma médica, até ficou com receio de dar alta para a menina, pelo estado em que ela estava. Daí descobrimos que ela não tinha registro de nascimento. Nós ficamos lá esperando um tempo, e a advogada conseguiu com o juiz um mandado. Não sei como se fala. Meu marido foi até o cartório e registrou a menina no nome da mãe biológica. Se fosse uma questão de tráfico, ele não teria registrado no nome dele? Nós iríamos embora e nunca mais ninguém iria saber de nós. Ninguém nunca tinha nos visto. Mas não, fizemos tudo dentro da lei. Ele foi lá, registrou a menina com o sobrenome da mãe, da família biológica, tudo certinho. Depois de 10 dias que estávamos lá, saiu a guarda, e nós voltamos para casa. Eu não sabia se a menina ia ter AIDS, se ela teria problema de retardamento mental, se ela teria alguma sequela. Eu não quis saber de nada. Nós trouxemos a menina, com todo amor que podíamos dar. Trouxemos a criança para cá, levamos à médica daqui quando chegamos, à médica do SUS, do posto, até ficar pronta a carteirinha do convênio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora me permite só um segundo? Eu queria convidar o Deputado Luiz Couto para assumir a condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Continue, D. Adriana.



A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Sim. Daí a médica daqui viu os exames. Ela também tinha sífilis congênita, que também está na caderneta de vacina dela. Ela estava com todas as vacinas atrasadas. Ela fez um exame, e constatou-se que ela estava com anemia. Ela estava na faixa de risco de desnutrição, e demorou muito para ela sair da faixa de risco. Foram mais de 6 meses para eu conseguir fazê-la sair da faixa de risco. Cuidamos dela com amor e carinho, e num mês a criança se transformou. Era um outro bebê, outro bebê totalmente! Ficou mais clarinha. Ela se transformou. Não ficou nenhuma marca das feridinhas que ela tinha, nada disso. E continuamos cuidando dela até que, quando tinha mais ou menos 11 meses, ela teve uma crise convulsiva. Tenho até documentos de atendimento que ela teve, depois de uma febre. Agora estamos fazendo tratamento neurológico nela, e o neurologista falou que isso é uma sequela, com certeza, do uso de droga da mãe ou da queda e tudo o mais. Nós continuamos o tratamento dela. O meu medo maior é que o meu caso de adoção, que não foi um caso ilegal, eu não comprei criança nenhuma... Isso é fácil de provar. Eu sou trabalhadora assalariada. Eu abro a minha conta bancária para qualquer um olhar aqui. Isso é tranquilo. Eu não paguei a ninguém, ninguém, ninguém, ninguém! Ninguém me cobrou dinheiro, ninguém me pediu nada disso. Não existe isso neste caso. O meu medo é que, por outras coisas, por questões políticas, por questões outras, a criança volte para a família que a negligenciou, que a abandonou e a maltratou. Falem o que quiserem, mas ninguém pode dizer que ela não estava maltratada; ninguém foi tirar criança pobre da casa de ninguém. Quem entregou a criança foi a própria família, a família que não conseguiu o que queria. Não sei o que eles queriam, mas resolveram se vingar, e é isso o que eles estão fazendo. Até aqui eles conseguiram chegar. Eu não sei o que estou fazendo aqui, sinceramente, mas tudo bem. É isso o que tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tem a palavra a Deputada Janete Capiberibe, autora do requerimento, para o questionamento.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Então, Deputado Luiz Couto, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero começar imediatamente a dirigir as perguntas que tenho aqui relacionadas à Sra. Adriana, mãe adotiva provisória da criança que foi retirada do Município de Mazagão e levada para Jundiaí, em São Paulo.



Eu pergunto, senhora: qual a relação pessoal da assistente social Darlita e do Juiz, Dr. Saloé, com a senhora?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Terminou? Posso falar?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Pode.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Eu conheci a Darlita... Eles foram o casal que acolheu a minha filha mais velha, a Tamires, quando ela foi devolvida, na época, lá — porque ela foi devolvida. E foi aí que eu conheci. Foi nessa época. Ele nos acolheram e tudo mais. E daí em diante eles sempre mantiveram contato... A assistente social, ela entrou... Eu tinha o Orkut dela, mas nada... Ela não é minha amiga pessoal. Eu a conheço, e ela sempre entrou em contato... Ela sempre quis saber da criança, como a criança estava.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - A senhora falou que se habilitou para o Município de Mazagão, para adoção. E aí eu pergunto: o casal, a senhora e o seu esposo estão habilitados para adoção na Comarca de Macapá?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Sim. Eu estou no cadastro nacional.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Após a modificação da Lei da Adoção, os adotantes deveriam se submeter a nova habilitação para se adequarem à nova Lei de Adoção, editada em 2009.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Estamos adequados.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Se a criança estava em condições de ser adotada, por que não entregaram à família habilitada na Comarca de Macapá, conforme recomenda a Lei de Adoção? A criança nasceu na Comarca de Macapá. Portanto, os procedimentos deveriam acontecer na Comarca de Macapá e não na Comarca de Mazagão, onde a senhora já adotou uma primeira criança.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - É assim: eu estou habilitada em Mazagão quando não tinha o cadastro nacional. Com o cadastro nacional, eu posso adotar em qualquer cidade do Macapá inteiro. Não precisava ter sido em Mazagão. Foi em Mazagão porque a criança estava no CRAS de Mazagão. Hoje o processo não é mais em Mazagão; o processo está em Macapá, já está.



A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Isso. A matéria feita pela *Record* mostrou o CRAS e foi demonstrado que aquela criança não esteve nesse local. Eu pergunto: por que registraram a criança somente com o nome da mãe, sabendo quem era o genitor da criança, ao qual a senhora fez várias referências, inclusive agora?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Primeiro, para você poder registrar no nome do pai, o pai tem que estar presente — não sei se a senhora sabe. E a gente registrou com o nome da mãe, porque era o documento que a gente tinha. Só isso!

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - A criança foi registrada...

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - E eu não tinha o nome do pai no dia que eu tinha que... No dia em que nós fizemos, eu só tinha a carteirinha de vacinação com o nome da mãe. Eu não tinha o nome do pai.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - O pai, usuário de droga, estava na penitenciária, no Instituto de Penitenciária...

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Não, ele estava foragido.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - ...do Amapá, e ele, conforme diz a lei, fez o registro, dentro da penitenciária, da filha dele. E tem esse registro. Nesse registro, a criança tem um nome, e no registro que a senhora fez tem um outro nome.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Quando nós fizemos registro, ela não tinha nome, ela não tinha pai, ela não tinha mãe. O pai e a mãe tinham acabado de cometer um furto, estavam foragidos. Não existia nenhuma outra certidão de nascimento. A certidão de nascimento foi feita, vários meses depois, na cadeia, quando ele estava preso.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Onde estão as provas de que a criança tinha problema de coração? Eu gostaria que a senhora encaminhasse para esta CPI, ao Presidente da CPI, porque esse foi o argumento usado pela Sra. Darlita para levar a criança para São Paulo.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Pois não, eu te mostro agora mesmo.



A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Não, eu quero que a senhora entregue à Mesa, à Presidência da CPI.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Sim, entrego. Eu tenho aqui o pedido da médica que a atendeu pedindo o ecocardiograma. E tenho vários laudos médicos. Inclusive a médica se dispôs, pelo que falaram, até mesmo a dar depoimento, no atendimento.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Bom, eu vou insistir na pergunta, nessa informação. Como foi que o casal, a senhora e o seu esposo, tomou conhecimento da criança Jeane Ramos do Nascimento e de que a mesma poderia ser adotada?

Aqui tem palavras da assistente social Darlita Daniela Ferreira Barros, que é cônjuge do Juiz Saloé, de Mazagão. Ela é apontada como intermediadora da adoção e afirma:

“Ainda no domingo esta assistente social ligou para o casal Alexander Soares Fortes da Silva e Adriana Rodrigues Seidle da Silva, que já haviam adotado uma criança do Município de Mazagão e que ainda tinha o desejo de adotar mais uma filha, comunicando o fato em todos os seus aspectos, principalmente o estado crítico de saúde da criança, de abandono e da situação da família biológica.”

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Desculpa?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Como vocês tomaram conhecimento da existência dessa criança no Município de Mazagão?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Através da Secretária da Comarca de lá, a D. Dalva Miranda.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Houve pagamento de valores para qualquer pessoa envolvida nos fatos? Em caso positivo, devem ser esclarecidas as circunstâncias desse pagamento.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - De forma alguma.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Houve pagamento de valores para qualquer pessoa envolvida nos fatos? Houve cobrança de valores para a



concessão da guarda provisória da criança? Em caso positivo, devem ser esclarecidas as circunstâncias dessa cobrança.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - De forma alguma.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - A criança continua sob a sua guarda provisória e do seu esposo ou já está de volta para a família biológica?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Não. Nós temos a guarda. Inclusive, o juiz que assumiu, o novo, renovou a nossa guarda.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - A criança foi entregue efetivamente ao casal inquirido? Por quem? Quando? E em quais circunstâncias? Foi um ato oficial e documentado? Como? Em audiência ou no Conselho Tutelar, por exemplo?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - A criança estava no CRAS, com a D. Dalva. Chegando lá, eu levei a criança, comecei a cuidar dela, e o meu marido encontrou advogado... Eles encontraram um advogado, eles fizeram todo o processo.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - A avó da criança, Magali Bandeira dos Santos, alega que a assistente social Darlita Daniela Ferreira Barros teria cobrado a quantia de 500 reais para que a criança fosse trazida de volta para o seio familiar, alegando que essa quantia seria correspondente a gastos que teria tido com os cuidados para a criança. A senhora tem conhecimento dessa cobrança que a assistente social Darlita teria feito ou informações sobre esse fato?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Sinceramente, eu não acredito. Mas eu não estava lá, eu não posso confirmar, falar: "*Não, não deu*". Mas eu não acredito que ela faria isso.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - A senhora conhece Ruan Carlos dos Santos Almondes? A senhora teve algum tipo de contato com essa pessoa antes ou depois de receber a guarda provisória da criança?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Não, não tive contato. Só o vi na televisão. Aliás, foi ele que eu sei que entregou a criança, que negligenciou, que em vez de cuidar da criança... Eu sou tia. Se alguém chegasse na minha casa com um sobrinho meu na condição que estava aquela criança, eu teria



cuidado dela. Não teria chamado uma assistente social. Eu teria levado ela para o hospital. Ele foi negligente, ele foi um criminoso.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - A senhora e o seu esposo tiveram algum contato pessoal com o juiz da causa antes de ter sido proferida a decisão liminar que concedeu a guarda provisória da criança?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Com o juiz antes da guarda?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Da guarda dessa criança. Porque vocês já tinham adotado outra criança...

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Sim, porque eu já o conhecia...

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - ...na Comarca de Mazagão.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Eu já o conhecia dela, mas quando a gente chegou, dessa vez, não. Dessa vez foi durante o processo. Antes, não. Tanto é que a gente já chegou... Recebemos a ligação, chegamos e já fomos direto para lá.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Eu gostaria que a senhora explicasse os termos, como transcorreram os fatos, desde o momento em que a senhora teve conhecimento da possibilidade de adotar a criança até ter sido proferida a decisão judicial que concedeu a guarda aos senhores. Em quanto tempo essa guarda temporária, provisória, foi efetivada e a criança entregue para a senhora e seu marido?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Eu comecei a cuidar da criança no primeiro momento que eu cheguei lá, só que a guarda, em si, só saiu 10 dias depois.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Dez dias depois?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Dez dias.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - A adoção da primeira criança que os senhores obtiveram transcorreu também num prazo mais ou menos igual ao dessa segunda criança?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - A guarda?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sim.



A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - O processo de adoção em si demorou mais de um ano, porque é um processo demorado. A guarda saiu mais ou menos no mesmo tempo.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Eu quero só insistir que a senhora deixe os atestados de saúde da criança.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Já entreguei. É o primeiro laudo da primeira médica.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Eu queria também fazer outra pergunta, mas eu acredito que não é para a senhora. Eu vou fazer mais na frente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Deputado Severino Ninho. Convido o Deputado Presidente para assumir, porque tenho uma reunião agora na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Cumprimento, mais uma vez, as colegas Deputadas e os colegas Deputados.

A senhora Adriana me pareceu muito segura no que responde.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Porque é verdade.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Mas eu gostaria de saber: a senhora é servidora pública? O que lhe dá essa segurança? Como é que a senhora tem conhecimento desse fato todo? Como é que a senhora tem esse documento referente a esse fato?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Como é que eu tenho documento? Porque eu fui à médica, e a médica me deu o laudo.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A senhora é servidora pública?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Não, não. Eu sou operadora de sistema. Trabalho numa empresa gráfica. Não tenho nada a ver com isso.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A senhora é o quê? Operadora?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Operadora de sistema. Trabalho numa gráfica.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Como a senhora veio para aqui?



A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - A D. Janete Capiberibe me trouxe.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A senhora responde com muita segurança, já disse, e a gente tem de ser justo, mas eu insisto: como é que a senhora tem conhecimento desse fato com tanta firmeza, com tanta proximidade do fato?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Porque eu vivi o fato.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Como a senhora viveu esse fato? De que forma? Só para me esclarecer. Talvez...

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Não estou entendendo aonde o senhor quer chegar, a pergunta do senhor.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Bom, a senhora disse que viveu o fato.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Sim.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A senhora era mãe? A senhora era o quê? A senhora era parente dessas crianças? Como a senhora se envolveu no fato, para viver o fato?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Eu sou habilitada, só isso.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Habilitada para...?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Adoção. Muito bem.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma última pergunta. Sra. Adriana, onde a senhora e seu esposo ficaram hospedados nestes 10 dias em que estiveram no Amapá?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Em uma pousada local, em Mazagão.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A senhora continha habilitada depois desse fato, D. Adriana? Houve alguma providência para a desabilitação?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Não. Quando eu fui no fórum, porque eles me chamaram para fazer o estudo social da Fernanda... Aliás, 3 meses, quando nós estávamos com a Fernanda, ligaram do Fórum de Jundiá também por causa de uma criança para nós lá, porque a gente estava na fila há



muito tempo. E era nossa vez. Eu não tenho condições de ter muitos filhos. Eu falei para a assistente social que não, porque eu já estava com um bebezinho e tudo mais. Por isso, eles tiraram o nosso nome. Não é que eu seja desabilitada, mas eu não estou para adotar mais ninguém. Entendeu?

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Está bom. Muito obrigado.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Por nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais alguma pergunta?
(Pausa.)

Eu queria só pedir a gentileza da senhora apenas me esclarecendo um aspecto. A senhora disse que, inicialmente, quando constatou a impossibilidade de produzir filhos biológicos, a senhora e o seu marido começaram a construir a ideia de adoção e, numa atividade da faculdade, vocês tiveram contato, lá em Cajamar, com uma clínica de tratamento, não sei se o nome é esse.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - É um abrigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Um abrigo de crianças portadoras de HIV. Isso despertou, aguçou a sensibilidade de vocês, e aí vocês saíram dali praticamente decididos a fazer adoção. É isso?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu estou certo? E aí a senhora disse assim... O que eu não entendi... Então a senhora decidiu fazer a adoção e aí procurou o fórum do seu Município.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Foi isso. Procurou o fórum para se informar como poderia proceder para fazer a adoção.

Eu não entendi como é que essa história foi parar no outro extremo do Brasil, lá em Macapá, porque a senhora disse que tinha uma parente sua que ia viajar. Não seria mais fácil a senhora obter essa possibilidade de desejo, de realização — melhor que de desejo — de ser mãe, de criar uma criança, enfim, lá na sua cidade mesmo?

A senhora me parece uma pessoa leiga neste aspecto da adoção. A senhora, até então, não tinha nenhuma informação, como a maioria das pessoas, que são



leigas. Adotar não tem a menor... Ninguém conhece a Lei de Adoção, as pessoas não sabem o procedimento, o tamanho da burocracia.

Então, eu imagino que o senso comum das pessoas diz assim: *“Bom, eu quero adotar. Então, eu vou procurar no fórum do meu Município pra ver se tem alguma coisa aqui na cidade ou na região”*. Eu não entendi por que a senhora optou, mesmo tendo uma parente indo... E essa parente estava indo para o Amapá para tratar de outros assuntos, eu imagino. Não tinha nada a ver com adoção.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Não foi minha parente. Foi uma colega de trabalho dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, uma colega de trabalho. Desculpe. Uma colega de trabalho.

Por que o Amapá despertou esse interesse em uma pessoa leiga como a senhora, que não tinha nenhuma informação? Eu queria que a senhora pudesse me responder como é que se deu esse processo do Amapá, como é que a senhora chegou ao Amapá.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - O.k. Eu participei de todo o processo de adoção na minha cidade, em Jundiaí. Lá eu conheci como funciona o processo. Então, eu não fiquei mais leiga, porque eu participei de tudo. É um processo demorado, demoradíssimo. Você tem que passar em psicólogo, em assistente social, fazer estudo financeiro. É um processo longo. Quando terminou esse processo, as próprias pessoas do fórum da comarca falaram para mandar pra outros lugares. Eu pensei em mandar para Minas Gerais. Por quê? Na cidade em que eu moro não tem muitas crianças para adoção, e ia demorar bastante. E pra não demorar... Antigamente se fazia isso. Hoje em dia não se faz mais isso. Hoje em dia tem um cadastro nacional. Não tem na cidade, o juiz procura no cadastro e acha a pessoa habilitada. E, por coincidência, essa minha tia levou pra lá. Eu nem conhecia o Amapá, não tinha nenhum desejo: *“Ah, eu quero o Amapá”*. Não foi nada disso. Foi só uma coincidência mesmo de eu estar com a minha habilitação pronta, de eu ter sido instruída de levar, de a assistente social estar em viagem pra lá. E eu pedi: *“Ah, leva pra mim”*. Foi só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A sua tia é que lhe apresentou uma assistente social. Foi isso?



A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - A minha tia trabalha no Tribunal de Contas, e lá existem várias assistentes sociais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E essa assistente social ia para Macapá?

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Ia pra Macapá. Poderia ter ido pra qualquer lugar. Eu mandaria pra qualquer lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo. Aí a senhora aproveitou para saber se lá não tinha...

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Isso. Não foi nada premeditado.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Presidente, eu gostaria de fazer ainda uma colocação, não é nem uma pergunta.

A Sra. Adriana entregou papéis de receituários e um laudo de saúde da criança, a Fernanda, mas em nenhum momento consta ali que a criança tenha problemas cardiológicos. Isso é afirmado com muita ênfase, desde o início, pela Sra. Darlita, que é a assistente social que trabalha no Governo, principalmente por ela.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Sim, mas a criança não foi tirada porque tinha problema cardíaco. Ela estava abandonada. Ela não tinha só problema... Ela tem problema de anemia, ela estava desnutrida, ela estava com escabiose. O laudo, o BO que tem lá é de escabiose por maus-tratos.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - A senhora tem conhecimento de que a assistente social Darlita enfatiza bastante, quando ela é perguntada, inclusive pela Rede Record, quando saiu a notícia nacional, que essa criança — que tem dois nomes agora, porque vocês deram um nome e a família biológica deu outro nome — teria que se deslocar para São Paulo para fazer tratamentos cardiológicos?

Isso está afirmado pela Sra. Darlita sempre. Esse teria sido o motivo pelo qual a criança saiu. Ela pediu licença para a família para levar por alguns dias e devolver a criança no início do ano, depois que ela passasse por todo esse tratamento da doença cardiológica que ela apresenta.

No Estado do Amapá, existem tratamentos cardiológicos para crianças e adultos. Essa afirmativa de que ela teria que viajar a São Paulo para fazer esse tratamento não está coincidindo muito com o que a senhora está dizendo.



A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - D. Janete, o que a assistente social e a família conversou, eu não estava lá e não posso dizer, certo? Eu sei que no laudo médico está escrito, sim, que ela tem sopro. E tem um pedido ali, sim, que a senhora pode ver, de ecocardiograma. Por favor, a senhora pode ver que tem sim. Mas não foi só esse motivo. A questão por que a criança saiu de lá foi o abandono, foram os maus-tratos. Foi por isso que eu a levei. Olha, sinceramente, a senhora é da cidade, eu também fui lá. Eu não consegui marcar um exame para ela no PAI; não consegui levá-la para tomar vacina na cidade. É uma cidade realmente que não tem tanta estrutura, como tem em São Paulo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais alguma pergunta, algum esclarecimento? *(Pausa.)*

Não havendo pergunta dos Sr. Deputados, eu pergunto à Sra. Adriana se tem mais alguma coisa que queira esclarecer aqui para nós da CPI. A senhora fique à vontade para fazer suas considerações.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Eu peço para vocês assim... Eu sou uma cidadã brasileira, pago meus impostos. Realmente eu acho muito importante ter uma CPI de tráfico de pessoas, lógico. Acho que tem muita coisa errada por aí que a gente tem... Eu quero viver num país melhor, com certeza. Mas acho que a gente não pode envolver interesses políticos numa questão dessa, numa questão humanitária. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Existem outros interesses. Gente, eu estou me sentindo uma pulguinha desse tamanho no meio dessa história toda. Os senhores vão investigar. Se Deus quiser, vocês levar a fundo, vocês vão investigar e vocês vão descobrir. Essa história não tem só a ver com isso aqui. É uma coisa que não tem nada a ver com a gente. No meu caso de adoção da Fernanda, eu entrei dentro da lei. Eu não comprei criança nenhuma. Isso eu falo, eu provo. Quer sigilo bancário, telefônico? Faz o que quiser. Eu não comprei essa criança! Eu segui a lei. Eu fiz o que era certo. Eu peço a vocês e imploro que investiguem mesmo, vão atrás. Meu medo maior, meu receio... Eu estou aqui, estou forte, estou firme é pela criança, pela minha filha hoje, porque o meu medo é que ela volte pra lá, pra família que a negligenciou e abandonou. O que vai ser dela? Hoje ela pode ser uma cidadã de bem. Eu não sou rica, nada disso, mas eu posso fazer dela uma pessoa boa. Lá, o que vai ser dela? E se eles não cuidarem dela? Não sei.



E se ela tiver uma crise convulsiva e não tiver ninguém olhando ela? Sabe, o meu receio, meu maior medo é esse. Eu gostaria muito... Sei que é dever do Estado, acima de tudo, proteger a criança, independente de mim, da avó, do Deputado ou de nada. Por favor, pensem na criança, na criança! Tudo bem?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, foi enfatizada uma questão... A Sra. Adriana vem repetindo desde o início do seu depoimento que há interesses políticos. Quais são os interesses? Eu queria que a senhora esclarecesse quais são os interesses políticos que a senhora considera existirem num processo de adoção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu pediria só para o nosso colega defensor que se contivesse na orientação da sua cliente. Ele sabe as prerrogativas legais disso. O que nós não podemos aceitar é que ela seja mera reprodutora das suas orientações, está certo? Eu queria só que o senhor pudesse se conter um pouco. Deixe-a à vontade. Ela não está aqui na condição de acusada nem nada.

Eu queria só lhe esclarecer que a minha convicção pessoal, *a priori*, é que a senhora não faz parte de nenhuma organização criminosa. Eu quero aqui revelar a todos: a minha impressão inicial é essa, o que não quer dizer que em Mazagão não exista uma organização interessada em produzir situações dessa natureza. Nós já vimos isso em diversas vezes. A senhora não está sendo acusada aqui de criminosa, está certo? Nem de integrante de nenhum tipo de... Eu quero lhe confessar aqui minha impressão inicial. Pode ser que eu mude. Olhando, a gente vai investigar etc. e tal, mas a minha impressão — eu confesso a todos aqui — é que a senhora é uma pessoa de bem, que adotou, foi atrás, que não... Essa é a minha convicção, quero lhe confidenciar.

Mas eu queria que a senhora respondesse à pergunta da Deputada Janete, que também é uma intriga minha. Eu fico intrigado, Deputada Antônia Lúcia, Deputado Severino, Deputada Dorinha, todos nós queremos saber qual é a politicagem que a senhora diz que tem aí, esses interesses políticos que existem por trás disso. Por favor.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Eu não posso confirmar nada sem provas. Eu também não sou nem nada. Agora, D. Janete, eu



tenho um bebezinho que é cidadão da sua cidade também. A senhora também tem que zelar por ela também. Por que a senhora vai me trazer esse caso, que está totalmente correndo em segredo de Justiça, que está totalmente legal, por que trazer ele aqui?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Quem faz pergunta aqui são os membros da CPI. Eu gostaria que a senhora respondesse. A senhora não respondeu à pergunta que eu lhe fiz e que foi reiterada pelo Presidente, Deputado Arnaldo Jordy. A senhora é que está intrigando que existe interesse político, porque a CPI não se pauta por interesses políticos de nenhum de nós, integrantes da Comissão. Então, é intrigante e nós gostaríamos que a senhora explicasse, esclarecesse aqui qual é esse interesse político.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Realmente, eu não sei qual é o interesse político.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado Severino.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Me parece que, indiretamente, a depoente quis dizer que a Deputada Janete usou o requerimento para promoção pessoal ou por interesse político. Eu quero protestar contra essa possível...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Insinuação.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO -...insinuação, porque a Deputada Janete Capiberibe é uma Deputada que tem o respeito desta Casa, é uma Deputada que tem uma ética que nós conhecemos. Então, pode ter havido equívoco, é possível. Só quem não se equivoca é Deus. Pode ter havido equívoco, mas jamais, a meu ver, há interesse político da Deputada Janete Capiberibe.

Então, quero fazer essa colocação, porque a Deputada tem o nosso respeito. Não é corporativismo, não. Não estou falando no sentido de corpo, não, é porque realmente eu conheço a Deputada e sei da lisura de sua conduta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Essa matéria — apenas estendendo um pouco o raciocínio de V.Exa., que eu incorporo e acho que todos os membros da CPI também chancelam o que V.Exa. está dizendo —, esse tema é delicado demais para alguém tentar fazer uma ilação de cunho eminentemente



político. Como V.Exa. diz, pode haver equívocos, pode haver erros, pode haver avaliações. Nós já tivemos situações dessa natureza aqui nesta CPI também, mas nosso papel aqui é investigar, e investigar com critério, investigar com zelo, tentando, ao máximo possível, ser justos.

Muitas vezes, situações que parecem de caridade e de humanismo escondem por trás interesses inconfessos de verdadeiras organizações criminosas, tudo em nome do bem, de fazer a caridade, de tirar uma criança das condições, muitas vezes, de alguma vulnerabilidade, de alguma impropriedade do ponto de vista sanitário, do ponto de vista da condição econômica. E nós não podemos aceitar que se retire a guarda ou a tutela de uma criança do seu seio familiar sob o pretexto de promover condições materiais mais favoráveis.

Era apenas esse esclarecimento que eu queria fazer, corroborando com o que foi dito aqui pelo Deputado Severino Ninho e emprestando também a nossa integral solidariedade à Deputada Janete Capiberibe.

Eu continuo lhe franqueando a palavra, se a senhora ainda quiser dela fazer uso.

A SRA. ADRIANA RODRIGUES SEIDLE DA SILVA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, eu lhe agradeço e agradeço também a presença a todos aqui.

Damos por encerrada esta fase do depoimento.

Convido o Dr. Alexander, esposo da D. Adriana, para fazer os esclarecimentos que esta CPI requisitar.

Muito obrigado.

Vamos suspender a reunião por 2 minutos, só para nos despedirmos da D. Adriana e recebermos o Sr. Alexander.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está reaberta a reunião.

Queria a atenção das Sras. e Srs. Deputados para a aprovação dos requerimentos que estão na pauta.

Requerimento nº 141, de 2013, do Sr. Luiz Couto, que *“requer seja convidada a Presidente do Conselho Tutelar de Parnaíba — PI, Senhora Cleonice Vitória Matos, a comparecer em audiência pública desta Comissão Parlamentar de*



Inquérito para esclarecer a este colegiado sobre denúncias recebidas por aquele Conselho onde se referem a supostas adoções irregulares de crianças no Bairro de Santa Luzia, em Parnaíba-PI.”

Pergunto ao Deputado Severino Ninho: V.Exa. lembra se este caso da Parnaíba foi ouvido pela CPI na incursão do Nordeste?

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Não, esse é um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu sei que é do Deputado Luiz Couto, mas eu pergunto se esse caso da suposta adoção irregular de criança no bairro de Santa Luzia, na Parnaíba, os senhores já tiveram contato naquela incursão lá ou é uma coisa nova.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - É uma coisa nova, Sr. Presidente. Lá, foi praticamente o desaparecimento daquela menina que depois apareceu morta. Esse é um fato novo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo. O.k.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Deputado Luiz Couto.

Requerimento nº 142, de 2013, da Sra. Flávia Morais, que *“requer realização de audiência pública para serem ouvidas as famílias da Sra. Marli e Sr. Alex Oliveira; do Sr. Neilton Lisboa e da Sra. Edilene Souza, que tiveram seus filhos retirados pelo Conselho Tutelar, no Município de Itaquaquecetuba - SP; o Dr. Wagner da Costa, Advogado - OAB; a Sra. Marisa Feffermann, do Tribunal Popular; e os ex-Conselheiros Sr. Adão Pereira Barbosa e Sr. Emanuel Guiseppi Galo e o Ministério Público”*.

Gostaria de sugerir que nós pudéssemos sobrestar este requerimento para uma próxima reunião, com a presença da Deputada Flávia Morais.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Então, no caso, Sr. Presidente, serão sobrestados os outros dela também? Os outros seguintes também? Até porque, Sr. Presidente, esta figura do Tribunal Popular não existe no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É.



O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Tem Tribunal do Júri. Tribunal Popular, não existe essa figura, só se for uma coisa lá de Ita... Quem gostava de mandar dizer essas palavras era Raul Gil, que mandava os meninos pronunciarem essas palavras. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Itaquaquecetuba.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Pindamo... Como é que é? Não consigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pindamonhangaba.

São esses dois primeiros. O terceiro, acho que não. O terceiro podemos aprovar, eu creio, Deputado Severino, pois é pedido de solicitação de informações ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná referentes ao credenciamento do Sr. Audelino Souza junto à Comissão Estadual Judiciária. Acho que esse é um outro caso que podemos aprovar.

Mas este caso de Itaquaquecetuba eu gostaria de sugerir que nós pudéssemos retirá-lo, aguardando a próxima audiência com a presença da Deputada Flávia, e também o Requerimento nº 145, também de Itaquaa...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Itaquaquecetuba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Itaquaquecetuba.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Portanto, Requerimento nº 144, de 2013, da Deputada Flávia Moraes, que *“requer a solicitação de informações ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná referentes ao credenciamento do Sr. Audelino de Souza junto à Comissão Estadual Judiciária de Adoção no Paraná — CEJA.”*

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, em votação.

As Sras. e Srs. Deputados que estiverem de acordo mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Por último, requerimento do Deputado Francischini e do Deputado Arnaldo Jordy, que solicitam a realização de audiência pública com a presença do Juiz Luis Roberto de Cappio, ex-titular da Comarca de Monte Santo, que está afastado das



suas funções naquela Comarca e agora suspenso por 90 dias do exercício da magistratura no Estado da Bahia.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discuti-lo, em votação.

As Sras. e Srs. Deputados que estiverem de acordo com o requerimento mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

O requerimento está aprovado.

Eram esses os requerimentos que estavam sobre a mesa.

Querida agora convidar o Sr. Alexander Soares Fortes da Silva para prestar esclarecimentos aqui, acompanhado do Dr. Hercílio de Azevedo Aquino, que é o seu defensor. Ele é esposo da Sra. Adriana, que prestou os seus esclarecimentos agora.

Passo a palavra ao Sr. Alexander, para que ele faça a leitura do termo de juramento de dizer a verdade ao prestar esclarecimentos a esta CPI.

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom, Sr. Alexander, esta CPI é uma Comissão Parlamentar de Inquérito constituída de Deputados e Deputadas que foram designados pela Câmara dos Deputados para investigar o tráfico de pessoas no Brasil. E nós estamos aqui. Esta é uma CPI inédita nesta Casa, nunca foi esse tema abordado através desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e nós estamos aqui recepcionando situações que ocorrem por este Brasil afora, não ainda, em alguns casos, tipificados como tráfico, mas processos de adoção que têm despertado curiosidade, e o nosso papel aqui é prestar os esclarecimentos necessários para que essa investigação possa haver e ser elucidada da melhor forma possível.

Esta CPI recebeu a situação que foi noticiada pela imprensa lá de Mazagão, no Estado do Amapá, e, portanto, nós estamos aqui o convidando e convidando a sua esposa, a Sra. Adriana, para prestar os esclarecimentos necessários acerca do processo de adoção que houve e cuja guarda da menor que foi adotada está sob a posse dos senhores.

Eu vou lhe conferir a palavra pelo prazo de 20 minutos. Se o senhor achar necessidade de mais tempo, nós vamos lhe conceder também, para fazer os



esclarecimentos. O nosso objetivo aqui é lhe dar oportunidade de prestar os esclarecimentos sobre os fatos ocorridos, fazer a sua defesa, e, depois, nós vamos facultar a palavra aos nossos Deputados e Deputadas que queiram lhe fazer alguma pergunta, para que o senhor possa, sentindo-se à vontade, prestar esses esclarecimentos. É um direito seu também não falar, se o senhor achar que não é conveniente. Mas o nosso objetivo aqui é apenas esclarecer os fatos e lhe dar oportunidade de manifestar a sua versão sobre esse processo de adoção em que o senhor e a sua esposa participaram lá no Estado do Amapá.

Então, eu lhe faculto a palavra para o senhor prestar as informações necessárias que achar convenientes.

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos! Eu vou começar a falar do início; vou falar um pouco da minha história e de como tudo isso ocorreu, para que todo mundo possa entender a minha situação, não é? Eu sou casado há mais de 13 anos, e chegou uma certa época da minha vida em que eu e minha esposa chegamos a um momento e falamos: *“Vamos ter um filho agora”*. Fizemos o nosso planejamento familiar e falamos: *“Agora é hora de ter um bebê”*. Após várias tentativas, nós não conseguimos do jeito convencional e procuramos um médico especialista para que pudesse me dar uma orientação, não é? Foram feitos exames, e foi constatado que eu não podia ter filho pelo método convencional. Fiquei um pouco abalado, na ocasião, e não sabia muito bem o que fazer. Comecei a estudar a respeito: inseminação *in vitro*, inseminação artificial, o que poderia ser feito, não é? Fui a clínicas com minha esposa, várias vezes, para fazer consultas e saber como funcionava. Foram passados valores para o casal, e a gente não sabia como reagir a isso, porque era um valor alto, e não davam certeza se ia dar ou não certo a gravidez. E a gente não tinha condições de bancar um processo desses mais de uma vez. Lemos a respeito, vimos vários casos frustrados e ficamos preocupados de o nosso caso ser mais um desses. E ela me sugeriu a adoção. Até então, eu queria um filho biológico, queria ser um pai biológico. Eu sempre sonhei em ter um filho com minha característica, etc. E eu não sabia se a criança ia gostar de mim, se eu fosse adotar uma criança, se ela ia gostar de mim como pai, ou se ia gostar da minha esposa, ou se eu ia ter carinho por essa criança. O que eu resolvi fazer?



Estudar um pouco a respeito. Comecei a pesquisar como que era. Aí, um dia, a gente fez um trabalho de faculdade na região de Jundiaí, em uma casa de pessoas que..., de crianças abandonadas, que possuem HIV. Na verdade, eu fui lá mais por causa do trabalho de escola; não foi nem para pesquisar a minha situação. Chegando lá, eu recebi um carinho enorme dessas crianças. Elas nunca me viram na vida, mas vieram me abraçando, me dando carinho, e eu fiquei sensibilizado com isso. Eu falei *“Nossa, eu nunca vi essas crianças e estou apaixonado por elas. Eu acho que eu posso adotar uma criança e sentir por ela o mesmo carinho que eu teria por um filho biológico”*. A partir desse momento, eu abri meus olhos para a adoção. E falei: *“Nossa, eu quero fazer isso do jeito correto”*. Eu e minha esposa procuramos o Fórum de Jundiaí, para saber o procedimento certo para fazer a adoção de uma criança. O pessoal, a assistente social do Fórum de Jundiaí, psicólogos, foram feitas entrevistas, e passamos por todo o procedimento. Isso não é um procedimento rápido, é um procedimento que demora até 1 ou 2, dependendo, até 3 anos. Você tem que participar de reuniões, tem que participar de consultas psicológicas. Passei com psicólogo; passei com psiquiatra, para saber se eu não tinha problema na cabeça; passei com assistente social, para saber a nossa condição, se a gente conseguia criar uma criança, se a gente tinha condições de dar estudo, de dar educação. Tudo isso foi comprovado, tudo isso foi feito da maneira correta. Até, em 2008, nós conseguimos a nossa habilitação para fazer a adoção. Naquela época não existia o Cadastro Nacional. Naquela época era...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Isso durou de 2007 até 2008.

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Isso. Nesse momento, não havia Cadastro Nacional. Como funcionava? A gente estava cadastrado na Comarca de Jundiaí. Se eu quisesse adotar uma criança de qualquer outro local, eu tinha que mandar a minha documentação para a Comarca, ou para a Comarca de Amapá, ou do Rio de Janeiro, ou da Bahia. Nessa ocasião, uma tia nossa trabalhava no Tribunal de Contas, e eu conheci uma psicóloga que iria fazer uma viagem longa para o Amapá. A gente aproveitou, na ocasião, e falou: *“Ó, leva a nossa documentação para lá. Por ser um Estado longe, talvez lá tenha mais crianças para serem adotadas do que adotantes, na verdade”*. Já em São Paulo, nessa Região do



Sudeste, é o contrário: há muita gente para adotar e poucas crianças. E as crianças que existem, as pessoas não querem adotar, porque são crianças grandes, de 10 anos, de 12 anos, e muita gente não quer adotar criança com essa idade, ou têm muitos irmãos. Então, mandamos a nossa papelada para lá e recebemos a ligação, depois de um tempo, de uma criança que tinha sido adotada já, tinha 6 meses de idade e tinha sido devolvida pelos pais adotivos, porque falavam que a criança era muito geniosa e que o outro filho deles, biológico, estava passando por problemas porque não estava aceitando aquele irmão, o marido também não o aceitava. Só a mãe adotiva estava com a ideia de adotar a criança, e o resto da família não estava ajudando. Então, ela devolveu a criança para não ter problemas com a família. E aí o pessoal lá da Comarca de Mazagão, no caso, no Amapá, entrou em contato com a gente para saber se a gente queria adotar essa criança. E a gente não pensou duas vezes. Procuramos comprar passagem. Não é uma passagem barata. A gente fez um esforço, parcelamos e viajamos para lá, para adotar essa criança. Essa criança é a minha primeira filha, a Tamires. Depois disso, passou todo o procedimento de adoção e tal, e nós voltamos para a nossa cidade. Passaram-se aí 5 anos desde que adotamos a nossa primeira filha, e nós recebemos a ligação novamente do pessoal lá da Comarca. Nós aproveitamos e, nesse meio tempo, fomos sempre à Comarca de Jundiá, porque o pessoal chamava a gente para fazer estudo psicossocial, para saber se a gente está cuidando bem da criança. Eles fizeram todo esse estudo com a gente. Passando esse processo, a gente teve que fazer a atualização no Cadastro Nacional, que foi implantado em 2009, se eu não me engano. E aí eu coloquei lá o Estado de São Paulo. A gente podia escolher o Brasil inteiro, para ser cadastrado. Aí eu falei: *“Eu vou escolher o Estado de São Paulo e o Estado do Amapá, que já é o Estado da minha primeira filha”*. Graças a isso, o pessoal tem o nosso cadastro lá no Amapá. E fizeram a ligação para a gente novamente, falando de uma criança que tinha sido abandonada, que tinha sido maltratada, que estava numa situação deplorável e que era filha de usuários de drogas. Minha esposa, na ocasião, ficou receosa e falou: *“Meu, pegar uma criança filha de gente que é usuário, essa criança pode ter algum problema, esse pessoal pode ser perigoso, né? Não sei como que procede, né?”* Eu falei: *“Não, mas é o contrário, essa criança é a que mais está precisando da nossa ajuda, porque ela*



pode não ter um futuro. É um futuro incerto o dela. Ela pode morrer sendo maltratada desse jeito, ou então ela pode, sei lá, acabar indo pelo mesmo caminho de se drogar e de se perder, como é muito fácil de acontecer naquela região". Ela se sensibilizou com o que eu falei, concordou comigo, e a gente novamente fez as malas, procurou comprar passagem. Saí correndo, que nem louco, no *shopping* para comprar roupinha de bebê e deixar tudo preparado. Por quê? Lógico, a gente não estava esperando outro filho. A gente não estava planejadinho, com bercinho novo, com caminha... A gente deixou... Na verdade, a gente fez tudo isso às pressas. Chegamos ao Amapá e encontramos uma criança no abrigo lá da região. Ela estava vestida, estava tomada banho, estava trocadinha, mas você vê que a criança estava com escoriações no corpo, estava com marcas na pele, estava com machucadinhos. A minha filha, a Tamires, ela foi comigo. Fiz questão de levá-la, para ela ver de onde ela veio. Eu nunca escondi que ela foi adotada. Pelo contrário, eu queria mostrar para ela como é que foi o processo dela, porque eu acho que é uma coisa muito bonita que eu fiz, e para ela entender e crescer com isso sem nenhum trauma. Chegando lá, ela se assustou com a pequena que a gente encontrou lá. Ela imaginava um bebezinho bonitinho, lindo, que nem a irmãzinha dela, né? Chegou lá, ela viu aquela criança toda machucadinha, com aquelas feridinhas. Ela olhou, assim, com uma cara e falou: *"Nossa, o que é isso, pai?"* Depois de um tempo ela foi se familiarizando, se acostumou e começou a cuidar da criança. Ajudou a dar banho, ajudou a cuidar. Daí para frente foi a irmã amada dela. A princípio, gente, essa foi a minha história. É o que eu tenho que dizer até agora. O que ocorreu depois disso... Eu não sei nem como se chegou a este ponto. O que eu estou tentando fazer é apenas dar um lar, um carinho, para uma criança que estava precisando na ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Sr. Alexander, pelos seus esclarecimentos, pelas suas informações.

Eu faculto a palavra às Sras. e aos Srs. Deputados.

Deputada Janete Capiberibe, V.Exa. tem perguntas?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Com a palavra V.Exa. Depois, os demais.



A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Eu queria perguntar, Sr. Alexander: o senhor e a sua esposa se conheceram na faculdade?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Não. Eu e a minha esposa, nós nos conhecemos... Como nós nos conhecemos?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sim.

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Não, a gente se conheceu pela Internet, muitos anos atrás.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Qual é a sua ocupação?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Profissional?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sim.

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Eu sou operador de Macintosh. Eu faço artes, trabalho com artes gráficas, faço embalagens.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - O senhor tem uma ideia, quando o senhor andou procurando a fertilização artificial, do custo? Quanto custa esse tratamento para engravidar?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Na época, faz mais de 6 anos, estipularam coisa de 10 mil, 12 mil reais. É um valor que eu acho... Na ocasião, eu poderia até pagar, mas eu estava com medo do esforço que eu fizesse para pagar e depois desse um resultado frustrante no caso, entendeu?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Quanto custou a viagem do senhor, da sua esposa e de sua primeira filha adotada até à Comarca do Município de Mazagão? Quanto custou a viagem?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Eu não sei de cabeça o valor, mas o preço médio de uma passagem estava variando em 3 mil reais por casal — 3 a 4 mil reais, aproximadamente.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - O senhor e a sua esposa ficaram hospedados numa pensão...

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Numa pousada.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - A sua esposa há pouco falou numa pensão.

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Pensão ou pousada, acho que...



A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Como é o nome dessa pousada? Vocês ficaram 10 dias lá, ela falou.

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Dessa primeira vez ou da segunda vez?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Eu me referi à adoção da segunda criança.

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Ah, tá. A gente ficou numa pousada na região de Mazagão. A gente ficou, em média, acho que 10 dias, mais ou menos.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Isso. Como se chama essa pousada?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Eu não me lembro o nome com clareza. Não sei se é Cadin ou Cadan, uma coisa assim.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Não existem muitas pousadas ali no Mazagão, né?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Na verdade, não tem muita coisa em Mazagão, na verdade, pelo que eu pude ver lá.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Mas a pousada onde a gente fica normalmente a gente tem, até quando paga, recebe uma nota...

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Não, eu tenho o recibo, mas, assim, eu estava preocupado mais era com o bem-estar da criança do que aproveitar o que tinha na pousada, ou guardar nomes, entendeu?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Tá. O senhor e a sua esposa, os dois estavam inscritos no Cadastro Nacional de Adoção?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Sim.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - É isso?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Sim.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - É isso, né? Os dois?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - É.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Como vocês conseguiram adotar uma criança na frente de tantos inscritos no Cadastro?



O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - O que pode acontecer é que muita gente se inscreve no Cadastro, mas a pessoa escolhe o Estado que ela quer adotar. Muita gente que está em São Paulo, por exemplo, quer adotar uma criança no Rio de Janeiro. Você pega um ônibus, pega um carro, pega um avião com baixo custo, e você está no Rio de Janeiro. No Amapá, Acre, Amazonas, meu!... No dia em que eu estava na reunião no Fórum de Jundiaí, ninguém colocou Amapá. Ninguém queria colocar nem Nordeste, porque falavam: *“Nossa, é um alto custo viajar para lá”*. E às vezes você vai ficar lá, você não tem certeza se vai voltar com a criança, porque essa criança não está destituída. Às vezes, não tem essa certeza, entendeu? Então, muita gente não quer correr o risco. Nesse caso, eu já adotei uma vez. Eu vi a paixão que tinha pela criança e achei que valia a pena, entendeu?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - A sua esposa, há pouco aqui... Ela estava instruída pelo advogado, e ele estava falando inclusive, passando instruções para ela. O Presidente chama de defensor, mas não é um defensor público do Estado ou federal, é um advogado contratado. Eu estou conversando com esse senhor.

O SR. HERCÍLIO DE AZEVEDO AQUINO - O advogado não é menor que um defensor, Excelência. Só esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só um minutinho. O senhor, infelizmente, não tem o direito, assim, de se manifestar porque o nosso Regimento não prevê essa situação. Quero informar à Deputada Janete que, quando se refere a defensor, é o advogado, é a pessoa que vai fazer a defesa. Não é defensor público nem do Estado, nem da União. Não é nada disso. É o defensor, que é a nomenclatura usada para quem faz a defesa do seu constituído.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Está bem, Sr. Presidente.

Nos dias que antecederam, que foram curtos, mais ou menos 10 dias, a adoção provisória, o registro de nascimento da criança, fizeram uma ligação do Amapá para os senhores, o senhor e a sua esposa. Quem foi que fez a ligação?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Foi a Secretaria... Acho que a secretária da Comarca de Mazagão. Ela é que fez a ligação pra gente.



A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Tá. Em que ano que a sua tia foi ao Amapá por conta de uma missão do Tribunal de Contas?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Na verdade, não foi minha tia. Foi uma conhecida que trabalhava no Tribunal de Contas. A nossa tia trabalha no Tribunal e ela não sai de lá. Ela é fixa lá. Tinha uma psicóloga dela que estava indo para o Amapá na ocasião, e aproveitamos para que ela levasse o documento, entendeu?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Em que ano foi isso?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Ah, foi em 2007, 2008. Não me lembro com certeza, mas foi próximo da época em que eu adotei a primeira criança.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Eu me preocupo com essa questão da inscrição no Cadastro Nacional, e chama muito a atenção, assim, a rapidez com que saiu a guarda provisória para o senhor e a sua esposa para a adoção da criança.

A avó tentou reaver de volta a criança, só que a criança viajou e ela não teve... A família da criança não teve, não acompanhou, não soube de nada.

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Então, nós não tivemos acesso à família, né? Normalmente, nesses processos de adoção, você não tem contato com a família da criança, tanto por uma questão de segurança sua e deles também, né? Então, pelo que foi passado pra gente, a família mesmo entregou a criança para adoção. Só não tinha sido feita a destituição. Tanto é que esse processo de destituição está acontecendo. Se a gente tivesse feito algo ilegal, eu acho que nem estaria rolando um processo. Na verdade, eu teria sumido com a criança e estaria tranquilo, não é? Mas não. O processo de destituição está rolando na Justiça, normalmente.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Quanto tempo mesmo demorou o processo de adoção?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Qual?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - O primeiro, quando vocês tiraram a criança do Amapá e levaram para São Paulo?



O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - O processo desde o início, desde que eu levei à Comarca?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Isso. Desde que vocês receberam o telefonema e depois?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Não, desde que eu recebi o telefonema ou antes? Porque eu mandei o processo e esperei o pessoal dar um retorno algum dia. Esse tempo eu já não lembro, porque demorou. Demorou um certo tempo. E, depois que ligaram pra gente, o processo demorou quase 2 anos para finalizar, o documento. Tanto é que ela tinha um nome já, de batismo. Esse processo demorou, até rolar todo esse processo e trocar o nome para o nome verdadeiro dela hoje, que é Tamires. Ela tinha outro nome antes.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Não, eu estou me referindo à segunda adoção.

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - A segunda adoção não aconteceu ainda. É um processo...

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Não, mas na guarda provisória a criança está sob a tutela do senhor e da sua esposa.

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Sim.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Isso é o que eu pergunto. Qual foi o tempo exatamente que demorou? O advogado continua...

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Demorou... Demorou... Porque, assim, eu recebi o documento entre 10 dias, foi o tempo que eu fiquei lá. Eu fiquei lá aguardando sair um documento que me desse a guarda para que eu pudesse cuidar da criança. Agora, se eles agilizaram o processo, era para o bem da criança, porque a criança nem documento tinha e nenhum hospital da região queria tratar uma criança sem documento. Falavam: *"Isso é incabível, gente. Ela precisa de um documento para vocês fazerem os cuidados médicos dela"*.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - E uma questão alegada para a retirada da criança do Estado para ir para São Paulo seria uma doença do coração que a criança tinha.

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - É, no exame...



A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Como é que foi esse tratamento cardiológico lá em São Paulo com a criança?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Na verdade, vou falar... Na verdade, foi o seguinte: no Amapá, a médica examinou a criança e constatou que ela tinha sarna, que é escabiose, que ela estava com muito piolho, sinal de malcuidado da criança. Ela falou assim pra gente: *“Eu já conheço essa criança. Ela já esteve aqui no hospital. Ela teve uma queda com 28 dias. A mãe deixou ela cair de cabeça, tal, e ela ficou aqui em observação...”*

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Como é o nome dessa médica?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Ah, eu tenho que olhar nos documentos. De cabeça, eu não vou lembrar, com certeza. E ela fez o exame, examinou o coração, como todo e qualquer exame clínico. Ela constatou que a criança tinha um sopro no coração e que, assim que a gente chegasse a São Paulo, ela tinha que procurar um cardiologista para ver se não era uma coisa, né, para cuidar desse problema. Até então, a gente seguiu todas as orientações da médica, né, para cuidar da escabiose, para cuidar da doença do coração, para cuidar de tudo o que ela tinha. Tanto é que ela tinha que fazer um eletrocardiograma, um eletro da cabeça, por causa da queda. A gente estava preocupada de ela ter algum tipo de seqüela decorrente dessa queda também.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Eu acho que seria importante o senhor e a sua esposa encaminharem para cá todos esses comprovantes.

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - É, eu tenho todos eles em mãos.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Isso. Para que nós possamos constatar, porque um argumento muito forte foi esse de que a criança...

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Na verdade, no processo dela, que está rolando lá no Amapá, esses documentos já estão em anexo. Era segredo de Justiça. Eu não sei por que cargas-d'água esse processo caiu na mão até de repórter. Coisa que nem eu tinha acesso o repórter estava tentando esfregar na minha cara esse processo, né? Então, já que ele teve acesso a esse



processo, eu acho que vocês também devem ter um fácil acesso agora a qualquer documento que lá esteja, né?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - A queda da criança foi com 15 ou 28 dias?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Então! Eu não tenho certeza da data porque eu não estava presente na ocasião, mas eu acho que é, em média, 28 dias, 15 dias. A médica me falou de boca. Ela falou: "*A criança esteve aqui uns 20 dias atrás*". Ela tinha 2 meses. Vinte dias atrás, isso sugere que seja 15 dias, 28 dias, 30 dias, né?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Agora, para um processo de adoção, era interessante que ela tivesse entregue esse registro, que os senhores tanto estão usando aqui, de que a criança tinha piolho, sarna. Toda criança tem piolho, seja filho de que idade, de família pobre, média, rica. As crianças têm piolho. Isso aí não é um argumento muito forte, viu?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Isso faz parte dos problemas que ela tinha. Hoje, minha filha não tem piolho. Eu cuido dela direitinho e tenho certeza de que este é um dos problemas que você não vai encontrar nela.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - O casal está despendendo custos com advogado? Quem contratou o advogado?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Sempre há custos com advogado. Não adianta você falar que... Quando não for Defensoria Pública, você vai ter custo com advogado. Fora isso, não existe, né?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Tá. A sua esposa aqui afirmou algumas vezes, durante a oitiva, que ela interpreta que está sendo dado um tratamento político a esse caso que veio aqui para a CPI do Tráfico de Pessoas. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Então! Aqui, a CPI é um local político, não é? Não é um lugar... A gente não está numa delegacia, a gente não está num fórum, a gente está falando de política aqui. Só se for nesse caso que ela deve estar considerando isso. Mas, fora isso, eu acho que pode ser um mal-entendido, na verdade, que estão confundindo com um caso de tráfico de crianças, que não é o nosso caso.



A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Concluiu, Deputada Janete?

Eu pergunto se mais alguma Deputada, porque agora, à minha exceção, só temos Deputadas na sessão... As mulheres são mais comprometidas. É verdade. Na média, é verdade. São muito mais comprometidas com a causa do que os homens em geral. Existem exceções.

Mas eu pergunto se alguma das nossas Deputadas tem alguma pergunta ou...

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Eu tenho uma última, para insistir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, mas eu estou me referindo às três lá de trás ainda. Depois, eu devolvo a palavra à Deputada Janete.

A Deputada Janete tem uma última pergunta. Em seguida, passo a palavra à Deputada Dorinha.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Eu queria perguntar ao Sr. Alexander qual é a relação pessoal que o senhor e a sua esposa têm com a Assistente Social Darlita e o Juiz Saloé, da Comarca de Mazagão.

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Então! Após a nossa adoção, a primeira adoção, a gente manteve o contato, sim, com a assistente social e com o juiz para que eles vissem como a gente cuida da criança. Eles entregaram a criança, eles confiaram na documentação, tudo, para fazer o processo de adoção lá, e a gente acabou mantendo contato com eles para eles verem como a criança estava sendo cuidada, entendeu? Foi isso o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputada Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu vou, na verdade, expressar uma preocupação, por ser um caso muito específico e direcionado, que falta chão até para a gente saber... Acho que o propósito da CPI é o cuidado de proteção, para a gente não incorrer também no instrumento em que a gente acaba sendo aquele elemento que atrapalha. E nós temos milhares de crianças abandonadas. Então, assim, um pouco mais...

Talvez, se a gente pudesse receber com uma certa antecedência que fato está provocando o questionamento... Porque eu sei... É lógico que a Deputada... Eu não acredito em nenhuma motivação política. É uma Casa política, porque a nossa



tarefa é a representatividade, é isso. Mas até que ponto existe neste caso uma motivação, um direcionamento? Até que ponto existe essa situação de crianças que ficam à espera de adoção? Eu, a vida inteira, trabalhei com várias casas em que ficam crianças esperando adoção até chegarem a uma idade em que ninguém quer mais adotar.

Então, assim, é mais uma preocupação para que a gente tenha cuidado para não causar também um desserviço que prejudique as crianças que estão esperando para serem adotadas. E, ao mesmo tempo, lembro que nós temos uma tarefa pública de que o processo de adoção não sirva de comércio, de lucro para ninguém, negando o direito da criança.

É um incômodo meu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro. Eu agradeço as suas considerações, Deputada Dorinha.

Pergunto ao Sr. Alexander se ainda tem alguma coisa que queira nos esclarecer na CPI. Se há alguma coisa, o senhor fique à vontade para fazer as suas considerações finais.

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Na verdade, eu só queria colocar que eu não sei bem ao certo o motivo de eu estar aqui numa CPI, que eu acho uma coisa... Para mim, era uma coisa só de televisão. Você vê alguma coisa errada acontecendo, o pessoal faz uma CPI. Eu me vejo no lugar de ter feito uma coisa certa, procurado sempre fazer a coisa certa. A minha esposa é muito caxias, ela é muito certinha. Ela gosta de fazer tudo certinho. Então, eu não consigo enxergar a gente numa posição dessas, sentada deste lado de cá para ser avaliada. Eu só queria colocar isso, que a gente estava tentando apenas fazer o que muitos casais tentam fazer, que é adotar uma criança do meio legal. Esta é a única colocação que eu tenho a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu agradeço a sua participação e a dos demais Deputados e Deputadas aqui na sessão.

Eu vou reiterar a minha impressão pessoal. Não falo aqui em nome da CPI. Eu falo da minha impressão pessoal. Quanto à situação de Mazagão, pela quantidade de processos de adoção que existe lá, eu não descarto, Deputada Janete, que haja alguma coisa atípica nos procedimentos de Mazagão.



A minha impressão pessoal é de que, no seu caso, no caso da sua esposa, vocês estão aqui de boa-fé. Esta é a minha impressão, *a priori*. Pode ser que eu mude a minha opinião depois de fatos novos que possam... Mas a minha impressão inicial e pessoal sobre o seu depoimento e o depoimento da sua esposa é que vocês agiram de boa-fé, atrás de um processo de adoção. Vocês não estão aqui, não fazem parte de nenhuma rede organizada, criminosa, traficante.

Veja, o senhor não está aqui na condição de acusado. O senhor está aqui para prestar um esclarecimento. Agora, eu não afirmaria a mesma coisa em relação aos procedimentos que têm sido adotados em Mazagão, porque são muitos. E essas regiões, quando têm muita coisa, alguém está facilitando. Não acho que na outra ponta, no caso de vocês, vocês tenham qualquer tipo de conluio, qualquer tipo de participação. Vocês simplesmente estavam adotando uma criança, e foi oportunizado isso lá por conta dessa coincidência de ter uma pessoa conhecida indo para lá e tal.

Então, é minha impressão pessoal. Queria só fazer esse registro, repito, pessoal, não é ainda uma conclusão da CPI. Nós vamos depois ainda nos reunir, como fazemos nos outros casos, para chegar a outras conclusões.

Eu queria... Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Eu queria só acrescentar, Sr. Presidente, a minha participação, autora que sou do requerimento para trazer aqui o Sr. Alexander e a sua esposa Adriana. O que me motivou apresentar esse requerimento e aprovar aqui na Comissão, para que todos...

Nós ouvimos até agora o casal adotante; nós não ouvimos os outros atores nesse cenário. Foi motivada pela família que... Principalmente a avó da criança, ela tem a adoção efetiva de dois irmãos. A criança estava com a avó. E o clamor dessa família é grande para ter de volta essa criança, que saiu de lá com 3 meses de idade.

Inclusive o que acontece como notícia nacional, o que as redes de televisão nacionais ofertam como informação para a população do nosso País, lá no Amapá, que é distante, elas motivaram a avó a fazer um gesto no sentido de reaver a sua neta para o seio da sua família de sangue.



O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Posso fazer só uma colocação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, a última do dia.

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Então! Só lembrando que a criança não foi tirada dos braços da família. A família entregou-a para adoção. Se ocorreu um arrependimento futuro, o processo já estava andando. Mas foi entregue. Não foi tomada da família, entendeu? A criança foi entregue pela própria família.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, a última participação minha: vamos ouvir outros atores, como eu coloquei aqui, ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Vamos ouvir, claro.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - ... desse cenário. Essa coisa de “*foi entregue*” está sendo bastante usada, como se a família tivesse entregue mesmo, dado. E não foi esse o caso. Houve o episódio, de que nós vamos falar numa próxima oitiva. Não é assim: foi dada, entregue a criança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Deputada Janete Capiberibe.

Eu agradeço a presença de todos os Deputados e Deputadas, servidores da Casa, imprensa, todos que participaram desta audiência, e agradeço ao Sr. Alexander...

O SR. ALEXANDER SOARES FORTES DA SILVA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... pela sua contribuição aqui para esclarecer os fatos nesta CPI.

Muito obrigado.

Bom dia a todos!